



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXI — 65.º DA REPÚBLICA — N. 17.251

BELEM — DOMINGO, 22 DE FEVEREIRO DE 1953

## GABINETE DO SECRETARIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário de Estado.

Em 20/2/53  
Petições:  
060 — Reinaldo Miranda, sinaleiro de 2.ª classe (equiparação) — De acordo Ao D. E. S. P.  
067 — Maria da Conceição Rique Piloto (solicitando o internamento de seu filho Alberto Nazareno Rique Piloto, no E. M. L.) — Diga a administração do Educandário.

069 — Joana Mendes e outros, que frequentam a casa do "D. Ozita" — Informe e opine o D. E. S. P.

068 — Sotero de Moraes Costa, residente em Vigia (propõe a venda de uma casa de sua propriedade onde funciona a escola Comandante "Castilho França") — A consideração do Dr. Secretário de Educação e Cultura.

Em 20/2/53  
Ofícios:  
Sn. do Consulado da Noruega nesta Capital (comunicando o Sr. Peter A. C. Fretteim que reassumiu as funções de Vice-Cônsul da Noruega nesta cidade) — Agradecer e arquivar.

N. 14, do Sindicato do Comércio Atacadista de Louças, Tintas e Ferragens, de Belém do Pará (sobre descarga de mercadorias) — Submeta-se à Comissão.

N. 86, do Departamento Estadual de Segurança Pública (encaminhando processo de naturalização de Ussar Litschiltz, natural de Tarnopol — Polónia) — Faça-se o expediente.

N. 30, da Delegacia de Polícia de Porté (acusa o recebimento da circular n. 1) — Junte-se ao "dossier".

N. 2, da Delegacia de Polícia de Gurupá (acusa o recebimento da circular n. 1) — Junte-se ao "dossier".

N. 54, do Departamento Estadual de Segurança Pública (encaminhando o decreto de nomeação de Moacir Teofanes de Almeida) — Arquive-se.

N. 83, da Prefeitura Municipal de Belém (comunicação) — Arquive-se.

N. 294, da Secretaria de Educação e Cultura (propõe nomeação para o Conselho Escolar do Município de S. Caetano de Odivelas) — A Diretoria do Expediente.

N. 318, da Secretaria de Educação e Cultura (propõe exoneração e nomeação para presidente do Conselho Escolar do Município de Carralinho) — A Diretoria do Expediente.

DECRETO Nº 19.074-521  
1883/0231, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Rio de Janeiro (conta de uma carta do gerente da "Reederei Albatroz Corporation, sobre ex. cont. trib. no Aeroporto de Belém por transio-

## SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

nários da Polícia) — Informe o D. E. S. P.  
N. 85, do Departamento Estadual de Segurança Pública (encaminhando processo de naturalização de João Antônio Nunes Caetano, de nacionalidade portuguesa) — Faça-se o expediente.

Boletins:  
N. 38, do Departamento Estadual de Segurança Pública (serviço para o dia 17/2/53) — Ciente. Arquive-se.  
N. 39, do Departamento Estadual de Segurança Pública (serviço para o dia 19/2/53) — Ciente. Arquive-se.

## SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS

### GABINETE DO SECRETARIO

O Dr. Stélio de Mendonça Maroja, secretário de Economia e Finanças, proferiu os seguintes despachos:

Em 21/2/53  
Zenaida Rabelo de Sousa, Estelina de Araújo Batista, Comandante Geral da Polícia Militar (prestando informações), folha paga de janeiro do pessoal contratado do Colégio Gentil Bittencourt, Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, José Araújo de Oliveira Santos, João da Piedade Sousa, Maria José da Mata Rezende, Carmen Rocha da Costa, Ana Corrêa de Miranda, empenho em favor da Biblioteca e Arquivo Público, Silva Lopes & Cia., E. Pinto Alves & Cia., Irmão Irineia do Menino Jesus de Paiva, duodécimo do mês de fevereiro do D. E. S. P., Carlota de M. Bittencourt Lobo, Ordem Terceira de São Francisco (hospitalização de Eli Pimentel Cardoso), Maria Lucila Lopes de Carvalho, Afonso Ramos & Cia., Raimunda Pereira, Ana de Quadros Martins, Maria do Céu Barros Lobo, Departamento de Águas (duodécimo do mês de fevereiro), pagamento de gratificação a Herminio e Antônio Calvino, Coletoria Estadual de Afuá, Folha de pagamento de diaristas da Residência Governamental, Elza Duarte Pereira Leite, folhas pagas de janeiro da Imprensa Oficial, Indústrias Martins Jorge SIA., empenho em favor da Residência Governamental, empenho em favor do Diretor do Departamento de Material — Ao D. D., para os devidos fins.

Folhas pagas de diaristas da Imprensa Oficial, folhas pagas de gratificação da Imprensa Oficial, prestação de contas da Secretaria do Interior e Justiça, Manoel do Vale Guimarães, Silva Santos & Cia., Manoel P. da Silva, Shell-Mex Brasil Limited, Silvestre Avelino dos Santos, The Western Telegraph Co. Ltda. (conta de telegramas), prestação de contas da Secretaria de Saúde Pública, Diretoria dos Correios e Telégrafos, (conta de te-

legemas), prestação de contas dos motoristas do carro do Governador — Ao D. C., para os devidos fins.

Sócrates Salgado Antunes, Coletoria Estadual de Vizeu, Marcelino Pereira Brazão, Aluísio Sá Ferreira — Ao D. R.

Caixa Econômica Federal do Pará (informação sobre Osmar Lavares Guerreiro) — Junte-se cópia do ofício n. 358/50 bem como do de n. 777/52, referente neste expediente.

Pedro Siqueira — Encaminhe-se ao D. P.

Ernestina Baena Macedo — Ao parecer do Dr. Procurador Fiscal.

Procuradoria Fiscal (pedido de material) — Restitua-se ao D. M., com a informação retro.

### DEPARTAMENTO DE DESPESA

#### TESOURARIA

SALDO do dia 20 de fevereiro de 1953 . . . . . 1.511.129,30  
Renda do dia 21 de fevereiro de 1953 . . . . . 448.255,20

SOMA . . . . . 1.959.384,50

Pagamentos efetuados no dia 21/2/53 . . . . . 243.863,40

SALDO para o dia 23/2/53 . . . . . 1.715.521,10

## SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAGÃO

### GABINETE DO SECRETARIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário de Estado.

Em 19/2/53

Auto:

N. 348, Compra de terras de valores, Município de Ananias, requerente Scullim Pereira de Sousa — Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais:

### DEMONSTRAÇÃO DO SALDO

Em dinheiro . . . . .	891.392,10
Em documentos . . . . .	824.129,00
TOTAL . . . . .	1.715.521,10

Belém (Pará), 21 de fevereiro de 1953.

A. Nunes, tesoureiro — Visto: João Bates, diretor do Departamento de Despesa.

### PAGAMENTOS

Pagamento para o dia 23 de fevereiro de 1953  
O Departamento de Despesa da S. E. E. F. pagará na data acima, das 8 às 11 horas da manhã:

#### Auxílios:

Federação das Soc. Beneficentes do Pará, Imperial Soc. Artística Paraense.

Fornecedores:  
Cooperativa da Ind. Pecuária do Pará Ltda.

Diversos:  
Francisco Alves Soares, Empresa de Publicidade Restea Ltda. da Vigia, Glonisia Vasconcelos Silva.

#### CHAMADA

A bem de seus interesses devem comparecer à 2.ª Seção do Departamento de Despesa da S. E. E. F., das 8 às 11 horas da manhã:

Casa do Professor, Círculo Operário do Guamá, Escola do Serviço Social do Pará, Ambulatório da União Geral dos Trabalhadores, Casa do Filho do Seringueiro, Círculo Operário de Icoaraci, Instituto D. Bosco, Asilo do Bom Pastor, Círculo Operário de Belém, Escola Doméstica Sagrado Coração de Jesus, Sociedade O. Sociais N. S. do Perpétuo Socorro, Congregação do Preciosíssimo Sanguê de Castanhal, Sociedade Fenix Caixaerial Paraense, Obras Sociais da Paróquia do Jurunas, Centro Israelita do Pará, Aerovias Brasil, Cia. Nacional de Navegação Costeira, Enciclopédia Britânica do Brasil, P. Ltda., Ferreira Gomes Ferragista S. A., Grandes Hotéis S. A. I. B. M. World Trade Corporation, Lloyd Brasileiro, Ribeiro & Imbiriba.

Considerando que publicada a sentença favorável ao requerente no D. O. de 12-12-52 nenhum recurso foi interposto contra a mesma.

Considerando tudo o mais que dos autos consta.

Receber homologar a sentença do Juiz de Direito Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Viagão para que

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governador:

General de Divisão ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUMPTIO

Secretário do Interior e Justiça:

Dr. DANIEL COELHO DE SOUZA

Secretário de Economia e Finanças:

Dr. STÉLIO DE MENDONÇA MAROJA

Secretário de Saúde Pública:

Dr. EDWARD CATETE PINHEIRO

Secretário de Educação e Cultura:

Respondendo pelo expediente

JOSE CAVALCANTE FILHO

Secretário de Obras, Terras e Viação:

Dr. CLAUDIO LINS DE V. CHAVES

...

As Reparções Públicas deverão remeter o expediente destinado a publicação nos jornais, diários, etc., até as 16 horas, exceto aos sábados, quando deverão ser levadas até as 14 horas.

Table with columns for 'IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ', 'EXPEDIENTE', and 'Rua do Una, 12 - Telefone 3262'. It lists various services and their costs, such as 'Anual', 'Semestral', and 'Mensal' for different types of publications.

...dade de suas assinaturas, na parte superior do envelope vão impressos o número do talão de registro, e mais o que em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recolhimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva entrega antes do prazo estabelecido, sob pena de multa (30) dias.

As reclamações pertencentes à matéria retratada, a ser feitas em casos de erros ou omissões deve ser feita imediatamente por escrito, à Diretoria Geral, até as 17,30 horas, e, no máximo, até as 18 horas, após a saída dos expedientes.

...deve ser entregue em duplicata, com o original, para que seja feita a publicação. A matéria paga será publicada das 8 às 17 horas, e os sábados, das 8 às 12 horas.

...deve ser entregue em duplicata, com o original, para que seja feita a publicação. A matéria paga será publicada das 8 às 17 horas, e os sábados, das 8 às 12 horas.

produza todos os seus efeitos de direito. Publique-se na I. O. e volte a S. C. T. V. para os ulteriores legais. Petições: 0331 — Aurélio Farias (solicitando informações) — Informe o Serviço de Terras. 0329 — Antônio Bruno de Oliveira (protestando contra o arrendamento de castanheais do Sr. Miguel Chamon) — Ao S. C. R. Ofícios: N. 0330, do Serviço de Cadastro Rural (encaminhando carta da firma F. L. de Sousa & Cia.) — A S. E. F. N. 0191, do Secretário de Saúde Pública (fazendo solicitação para entrega de pneus) — Ao S. T. E., para que o chefe informe o que se fez da importância a que alude o Secretário de Saúde, dizendo mais a que título foi recebida a importância e por ordem de quem. Autos: N. 1755, Compra de terras devolutas, Município de Moju, em que é requerente Arcelino Moraes) — Ao Dr. Consultor Jurídico, para o seu parecer. N. 3233, Compra de terras devolutas, Município de Anhangá, em que é requerente Melchides Rodrigues da Costa) — Ao Dr. Consultor Jurídico, para o seu parecer. Em 21/2/53 Petições: 0301 — José Araújo de Oliveira Santos (solicitando encaminhamento de petição) — Ao Departamento do Pessoal. 0068 — Romeu Rodrigues de Andrade (fazendo comunicação) — Ao Serviço de Terras. 0342 — Lucídio de Conceição Barata (solicitando a designação do agrimensor João Evangelista Filho para proceder à medição e discriminação de um lote de terras situadas em Curuçá) — Informe o Serviço de Terras. 0341 — Raimundo Fibraque Pinheiro (solicitando a designação do agrimensor João Evangelista Filho, para proceder à medição e discriminação de uma sorte de terras em Curuçá) — Informe o Serviço de Terras. 0340 — Manoel Imaculado Machado (requerendo, por compra, ao Estado, uma sorte de terras situadas no lugar de Branquinho, no Município de Gbidos) — Ao Serviço de Terras. 0339 — Manoel Benedito Favacho (solicitando a designação do agrimensor Claudomiro Belém de Nogueira para proceder à medição e discriminação de terras em Bujará) — Informe o Serviço de Terras. 0336 — Raimundo Machado Cordeiro (requerendo, por compra, ao Estado, uma sorte de terras devolutas no Município de São Caetano de Odivelas) — Ao Serviço de Terras. 0335 — Liberato Olinto Pereira (requerendo, por compra, ao Estado, terras em Bujará) — Ao Serviço de Terras. 0334 — Manoel José da Silva (requerendo terras em Cotijuba) — Ao Serviço de Terras. Ofício: N. 0337, do Departamento do Pessoal (encaminhando decreto de efetividade de Paulo Rogo Barros de Oliveira) — 1.º Ao Encarregado do Pessoal, para as devidas anotações. 2.º Entregue-se ao interessado mediante recibo. Memorandum: N. 0281, do Gabinete do Governador (fazendo comunicação) — Arquite-se. N. 0262, do Gabinete do Governador (fazendo solicitação) — Informar ao Gabinete que, apesar de ainda não ter dinheiro, as obras estão sendo feitas. Autos: N. 610, Compra de terras devolutas, Município de Juruti, em que é requerente Demócrito Pereira Salgado) — Voite ao Serviço de Terras, para notificar ao requerente a fazer prova de quitação militar, sem o que este processo não terá prosseguimento.

EDITAIS

ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO Compras de terras De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que pelo Sr. José Nunes da Silva nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 30 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sita na 10.ª Comarca — Castanhal, 26.º Termo 26.º Município — João Coelho — e 47.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras está situada no Kílometro n. 57 da Estrada de Ferro de Bragança e limita-se, pela frente, com a mesma Estrada de Ferro de Bragança; pelo lado direito, com José Ferreira Filho; pelo lado esquerdo, com terras do Estado e, pelos fundos, com terras de Maria Duó do Sarmento, medindo 110 metros de frente por 990 metros de fundos, pouco mais ou menos. E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona o Colégio de Rendas do Estado naquele Município de João Coelho. 3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 2 de fevereiro de 1953. — O Oficial classe O. — João Motta de Oliveira. (T - 4561 - 3, 13 e 22/2 Cr\$ 120,00) Compras de terras De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que pelo Sr. Manoel Omerio do Nascimento, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 30 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sita na 14.ª Comarca — Guamá — 33.º Termo 33.º Município — Guamá — e 93.º Distrito — com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras, está situada à margem esquerda do igarapé Cauxueira, limitando-se pela frente, com o lavrador João Ferreira da Silva; pelo lado direito, com Francisco da Chaga Candido; pelo lado esquerdo, com terras devolutas do Estado, e, pelos fundos, com Raimundo Manoel de Gusmão, medindo 1.000 metros de frente por 1.000 metros de fundos, pouco mais ou menos. E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona o Colégio de Rendas do Estado naquele Município de Guamá, da 3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 26 de janeiro de 1953. O Oficial classe O. — João Motta de Oliveira. (T - 4562 - 3, 13 e 22/2 Cr\$ 120,00) SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS Pelo presente edital fica notificado o Sr. Raimundo Nonato Magalhães Trusa, ocupante do cargo de Almoçoado, padrão I, do Quadro Único, lotado no Departamento de Produção, subordinado à esta Secretaria de Economia e Finanças, a apresentar-se dentro do prazo de 30 dias contados da data da primeira publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, ao serviço de sua função de qual se acha afastado desde o dia 18 de outubro de 1952, com motivo justificado, sob pena de findo esse prazo e não tendo feito o nem apresentado prova de força maior ou coação.

a indústria agrícola, sitas na 14.ª Comarca — Guamá — 33.º Termo 33.º Município — Guamá — e 93.º Distrito — com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras, está situada à margem esquerda do igarapé Cauxueira, limitando-se pela frente, com o lavrador João Ferreira da Silva; pelo lado direito, com Francisco da Chaga Candido; pelo lado esquerdo, com terras devolutas do Estado, e, pelos fundos, com Raimundo Manoel de Gusmão, medindo 1.000 metros de frente por 1.000 metros de fundos, pouco mais ou menos. E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona o Colégio de Rendas do Estado naquele Município de João Coelho. 3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 2 de fevereiro de 1953. — O Oficial classe O. — João Motta de Oliveira. (T - 4561 - 3, 13 e 22/2 Cr\$ 120,00) SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS Pelo presente edital fica notificado o Sr. Raimundo Nonato Magalhães Trusa, ocupante do cargo de Almoçoado, padrão I, do Quadro Único, lotado no Departamento de Produção, subordinado à esta Secretaria de Economia e Finanças, a apresentar-se dentro do prazo de 30 dias contados da data da primeira publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, ao serviço de sua função de qual se acha afastado desde o dia 18 de outubro de 1952, com motivo justificado, sob pena de findo esse prazo e não tendo feito o nem apresentado prova de força maior ou coação.

ta a sua demissão nos termos da lei em vigor.

E para que chegue ao conhecimento do interessado será este afixado na porta desta repartição e publicado no DIÁRIO OFICIAL durante vinte dias seguintes.

Eu Alvaro Moreira Moraes, Chefe de Expediente da Secretaria de Economia e Finanças, o escrevi nos doze dias do mês de fevereiro de 1953. — Stéfio de Mendonça Maroja, secretário de Economia e Finanças.

(G. — Dias — 12, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27 e 28/2; 1, 3, 4, 5, 6, 7, e 8/3/53).

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**Chamada**

Pelo presente edital fica notificada Dona Iracema de Sousa Oliveira, ocupante do cargo de professor de Educação Física — Padrão G, do Quadro Único, Intendência do grupo escolar "D. Fátima" para, dentro do prazo de vinte (20) dias, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de não ser feita prova de existência de força maior ou coação legal, ser proposta sua demissão, nos termos do art. 254, do Decreto-lei n. 3.902, de 23 de outubro de 1941.

Eu, Maria de Lourdes Moreira, oficial administrativa, Padrão N, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expediente da mesma, atual o presente edital, extrair do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL, em 24 de janeiro de 1953. — José Cavalcante Filho, resp. pelo exp. da Secretaria.

(G. — Dias 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27 e 28/2).

**Chamada**  
 Pelo presente edital de chamamada fica notificada D. Elza de Jesus da Silva Paes, ocupante do cargo de professora de Educação Fi-

sica, Padrão G, do Quadro Único, com exercício em grupo escolar da capital, para dentro do prazo de vinte (20) dias, reassumir o exercício de suas funções, sob pena de não ser feita prova de existência de força maior ou coação legal, ser proposta sua demissão, nos termos do art. 254, do Decreto-lei n. 3.902, de 23 de outubro de 1941.

Eu, Maria de Lourdes Moreira, oficial administrativa, Padrão N, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expediente da mesma, atual o presente edital, extrair do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL, em 24 de janeiro de 1953. — José Cavalcante Filho, resp. pelo exp. da Secretaria.

(G. — Dias 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27 e 28/2).

**Edital de chamamento**  
 Pelo presente edital fica notificada Dona Maria Elvas Decchra Soares, ocupante do cargo de professora de escola de 1.ª educação — Padrão B, do Quadro Único, com exercício na escola do Lugar Curt, Município de Itaituba, para, dentro do prazo de vinte (20) dias, reassumir o exercício de suas funções na referida escola, sob pena de não ser feita prova de existência de força maior ou coação, ser proposta a sua demissão, nos termos do art. 254, do Decreto-lei n. 3.902, de 23 de outubro de 1941.

Eu, Maria de Lourdes Moreira, Oficial Administrativo, padrão N, do Quadro Único, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expediente da mesma, atual o presente edital, extrair do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL, em 13 de janeiro de 1953. — (a) José Cavalcante Filho, resp. pelo Exp. da Secretaria.

(G. — Dias 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27 e 28/2; 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13 e 14/3).

# EDITAIS

## JUDICIAIS

### PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Camar Mendes Dias e a senhorita Maria Adelaide Monteiro do Rosário.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, domiciliado nesta cidade e residente a Travessa Quintino Bocayuva, 556, filha de Felizardo Stoffel do Rosário e de Dona Severa Monteiro do Rosário.

Ela é também solteira, natural do Pará-Belém, preta doméstica, domiciliada nesta cidade e residente a Travessa Quintino Bocayuva, 556, filha de Felizardo Stoffel do Rosário e de Dona Severa Monteiro do Rosário.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se almeja viver conjugalmente da existência de qualquer impedimento, denunciando para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 21 de fevereiro de 1953.

Eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso — Raimundo Honório.

(T. — 4603 — 22/2 e 1/3 Crs 40,00)

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que designada para o julgamento na mesma data os autos de Agravo em Recurso, os autos de Agravo em Recurso de Cametá, em que são partes, como agravantes: Raimundo Maria Filho e sua mulher Joana Lopes Farias e agravados Manoel Diniz Coelho e sua mulher Raimunda Paulino Coelho, a fim de ser preparado dito agravo para sorteio de relator, distribuição e julgamento pela Câmara Cível competente do Egrégio Tribunal de Justiça, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar da publicação deste, nos termos da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Belém, 20 de fevereiro de 1953. —

(a) Luiz Faria, secretário.

André de julgamento da 1.ª Câmara

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, foi designado o dia 23 de fevereiro corrente para julgamento dos seguintes feitos:

- Apelação Crime — Capital — Apoe. Raimundo Figueiredo Mendes Pinheiro, vulgo "Tenente" — Agos. A Justiça Pública. Relator, Sr. Des. Arnaldo Valente Lôbo
- Apelação Cível Ex-Ofício — Capital — Agte. O Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara — Apelados, Otávio Chaves e filha de Vasconcelos Braga e Chaves. Relator, Sr. Des. Arnaldo Valente Lôbo.

agte. — Cametá — Agte., A Prefeitura Municipal de Cametá — Agos., Serrão & Cia., Relator, Sr. Des. Arnaldo Valente Lôbo.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Belém, 20 de fevereiro de 1953. — (a) Luiz Faria, secretário.

André de julgamento da 2.ª Câmara

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, foi designado o dia 27 de fevereiro corrente para o julgamento dos seguintes feitos.

- Recurso Crime Ex-offício — Guamá — Recto., o Dr. Juiz de Direito da comarca; recdo., Felício Rodrigues de Castro — Relato., Sr. Des. Antônio Melo.
- Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
- Belém, 20 de fevereiro de 1953. — (c) Luiz Faria, secretário.

# EDITAIS ANUNCIOS

**COOPERATIVA DA INDÚSTRIA PECUÁRIA DO PARÁ, LTDA.**

**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

(2.ª Convocação)

Na conformidade do artigo 50, dos nossos Estatutos, convocamos os Senhores associados para a sessão de Assembléia Geral Ordinária, a se realizar no próximo dia 23, às 20 horas, na sede comercial, à Rua Gaspar Vianna, n. 48/54, com o fim de eleger os membros do Conselho Fiscal, da Câmara Deliberativa e seus respectivos suplentes, assim como tomar conhecimento do balanço encerrado em 31 de dezembro de 1952, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório da Diretoria sobre o movimento comercial de 1952.

Belém, 16 de fevereiro de 1953. — Pela Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará, Ltda. — (a) Raimundo Honório da Silva, Presidente.

(Ext. — Dias 20 e 22/2)

**COMPANHIA DE SEGUROS "COMERCIAL DO PARÁ"**

Ficam à disposição dos acionistas, durante as horas do expediente, no edifício em que funciona a sede social (Rua Conselheiro João Alfredo, n. 54, 1.º andar), os documentos a que se refere o Artigo 99, do Decreto-Lei n. 2.627 de 26 de setembro de 1940.

Belém, 19 de fevereiro de 1953. — Os diretores: Osvaldo Fiacola — Simão Rolê — Rafael Fernandes d'Oliveira Gomes.

(Ext. — Dias 20, 21, e 22/2)

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

(Seção do Estado do Pará)

De conformidade com o art. 16 do Regulamento a que se refere o Decreto n. 22.478, de 20 de fevereiro de 1953, faço público que requeru inscrição no Quadro dos Solicitadores desta Seção da Ordem dos Advogados do Brasil a acadêmica de Direito Maria Lúcia Moura de Souza Moita, brasileira solteira, domiciliada e residente nesta cidade, à Trav. Ruy Barbosa n. 439.

Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará, em 11 de fevereiro de 1953. — (a) Maria Helena Lopes Martins, 1.ª Secretária.

(T. — 4644 — 17, 18, 19, 21 e 22/2; 30 Crs 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Raimundo Honório da Silva e a senhorita Maria Fátima Ferreira.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará-Belém, francês doméstico, domiciliado nesta cidade e residente a Travessa D. João 78, filho de Delbertado Bonifácio da Silva e de Dona Maria Fátima da Silva.

Ela é também solteira, natural do Pará-Belém, preta doméstica, domiciliada nesta cidade e residente a Estrada do Amargoso, 11, filha de Demot Martins Ferreira e de Dona Victoria Barbosa Ferreira.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se almeja viver conjugalmente da existência de qualquer impedimento, denunciando para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 21 de fevereiro de 1953.

Eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso — Raimundo Honório.

(T. — 4667 — 22/2 e 1/3 Crs 40,00)

### PROTESTO DE LETRAS

Faço saber por este edital a Isaac Bernerguy, que foi apresentada em meu cartório à Travessa Campos Sales, 90 1.º andar, da parte do Banco do Brasil S/A, para apontamento e protesto, a nota promissória s/n, no valor de dezesseis mil cruzeiros ..... (Crs 16.000,00) por V. S. emitida, a favor de Cactano Costa, e o intuito e notificação ou a quem legalmente o represente, para pagar ou dar a razão por que não paga a dita nota promissória, ficando ciente, desde já, que o protesto será lavrado e assinado dentro do prazo legal.

Belém, 21 de fevereiro de 1953. — (a) Alêxia do Vale Veiga, Oficial.

(T. — 4678 — 22/2/53 Crs 40,00)

## BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S/A.

## RELATÓRIO DE 1952

## INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas:

Cumprindo d'... legais e estatutárias, temos a honra de submeter ao vosso esclarecido exame as contas e o relatório do Banco de Crédito da Amazônia S. A., correspondentes ao exercício financeiro de 1952, ano que assinala o primeiro decênio da vida deste estabelecimento e o seu vitorioso esforço de elevar a produção da borracha, da juta e fibras similares e de outros produtos regionais ao nível de sustar a importação dessas matérias primas.

Os auspiciosos resultados que, ano a ano, desde 1942, vêm consolidando a situação econômica do Banco, que os dados abaixo revelam atestam u'a melhoria nas condições da vida amazônica, possibilitando dias promissores ao Grande Vale, tirando-o do marasmo e da incerteza de tanto tempo.

Tudo isso, é de justiça destacar, numa homenagem à verdade, devemos à visão patriótica do estadista que dirige a Nação, o Dr. Getúlio Vargas que, no seu anterior governo, no ano de 1942, criou o Banco de Crédito da Borracha, hoje Banco de Crédito da Amazônia, quando as potências aliadas reclamavam, para a vitória das Democracias, maior produção de borracha. Visava S. Excia. não somente ter um órgão financiador daquele produto básico na guerra e na paz, mas, com a sua larga experiência de homem público, lançar as bases de uma organização bancária que, mais tarde, ampliando seu raio de ação, pudesse ser o eixo da vida econômica da Planície, fomentando todas as fontes de produção do imenso vale. E outra coisa não tem feito o Banco de Crédito da Amazônia S. A., principalmente nestes dois últimos anos e, em especial, em 1952. Aumentando suas atividades, ampliando seu raio de ação, diminuindo as taxas de juros, abrindo novas Agências nos lugares mais longínquos da Planície, o Banco tem amparado, dentro de suas possibilidades, os produtores, levando-lhes a certeza de uma ajuda segura e positiva, conseguindo aumentar a produção da borracha que, em 1952, superou as produções verificadas nestes últimos 32 anos.

O que foi, no ano findo, a contribuição do Banco, visando atender às suas finalidades reais, é o que procuraremos registrar no decorrer desta exposição.

## I — O BANCO E A AMAZÔNIA, 1952

Todo aquele que venha acompanhando as atividades do Banco, desde o início, em 1942, forçosamente reconhecerá ter o ano findo se destacado dos anteriores. Isto porque, em 1952, as inversões de quase 800 milhões de cruzeiros, em média, feitas por este estabelecimento, possibilitaram um notável impulso aos empreendimentos da Grande Planície.

Em verdade, no seu segundo ano de adaptação à Lei n. 1.184, de 30 de agosto de 1950, o Banco não mediu sacrifícios de qualquer espécie para, dentro das normas que a técnica recomenda, atender aos reclamos da Amazônia, vindo dos seus múltiplos setores. A Lei n. 1.184, como é sabido, tirou-nos da diretriz inicial de fomentar somente a borracha e lançou o Banco na batalha de recuperação total do Vale, na medida das suas possibilidades, que são, aliás, mínimas face ao trabalho a realizar.

De qualquer forma, porém, mediante uma ampla política de crédito — que visava, em princípio, continuássemos a aumentar a produção do ouro negro, vimos essa finalidade alcançada, pois adquirimos, em 1952, 33.332 toneladas, contra 25.770, em 1951, e 23.132, em 1950, o que corresponde a um expressivo aumento de 10.200 toneladas no biênio. Atendemos, ainda, melhor, aqueles que nos procuraram, distribuindo equitativamente recursos através nossas várias Agências, de tal forma que foram beneficiadas as principais atividades amazônicas, com o crescimento das operações, em

número e valor, como se vê do quadro abaixo:

	Número de operações	Valor em Cr\$
1949 .....	4.312	290.841.363,00
1950 .....	5.249	377.959.225,50
1951 .....	6.407	585.904.452,30
1952 .....	8.278	787.500.495,10

Não esqueçamos, por outro lado e mesmo porque a isso somos obrigados por lei, de amparar a indústria do sul, a qual, mediante descontos a curto prazo, adquire a matéria prima necessária às suas fábricas.

Foi assim que o ano de 1952 representou um marco de prosperidade. Com o auxílio do Banco, onde o crédito para fomento é obtido ao juro mais baixo do Brasil — 4% aa. — fazendeiros, avicultores, seringalistas, agricultores, etc., puderam ampliar os seus negócios, ou mesmo iniciá-los. E daí a grande animação e o contagiante entusiasmo que se sente nas granjas, no comércio da juta e malvas, na plantação de arroz, café, milho, feijão, cacáu, mandioca e pimenta do reino. Adquirimos camirhões e jeeps, para facilidade do transporte de sementes e contacto com os clientes, e reprodutores de raça que irão beneficiar os nossos rebanhos. Foram colocados milhares de novos seringueiros oriundos do nordeste, mediante financiamentos a longo prazo. A plantação de novos seringais é agora uma realidade. Serviço diretamente estimulado por esta Presidência, vem dando os melhores frutos. Uma equipe de técnicos, agrônomos do Banco e algum pessoal contratado fica sediada em lugares apropriados transmitindo aos interessados os dados de que necessitam para as novas plantações. As turmas, de u'a maneira geral, escolhem o terreno e as sementes, orientam a confecção de viveiros para enxertia e a transplantação das mudas. E o Sr. Diretor Walter Putz, com o seu dinamismo e entusiasmo, periodicamente inspeciona os trabalhos realizados. A colaboração e a boa vontade dos seringalistas tem sido fator decisivo para os excelentes resultados que se esperam. Até o momento, os registros do Banco indicam que estão plantadas, tecnicamente, 344.600 novas seringueiras, número certamente inferior ao que na realidade existe, pois o amazônida compreendeu, finalmente, a necessidade de plantar borracha e não nos é possível fiscalizar o que vem sendo feito fora da órbita do controle deste estabelecimento.

De todo o exposto, conclui-se, facilmente, que as condições de vida na Amazônia tendem a melhorar progressivamente. É o que está acontecendo. O Banco, por si só, considerados os recursos de que dispõe, uma grande parte dos quais imobilizados em borracha nos armazens, usinas de lavagem, sobre água e estocada no sul — o que representa uma imobilização média de ordem de 250 milhões de cruzeiros — não poderá atender a todas as necessidades da região. Contudo, a semente está lançada e os caminhos abertos para a aplicação mais rápida e fácil dos recursos que ainda a atenção e o patriotismo do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas pelos problemas do Vale irão proporcionar. Trata-se do Plano de Valorização da Amazônia, já assinado por S. Excia., que, assim, liga para todo o sempre, e de maneira muito especial, o seu nome a tudo o que, no futuro, representar a Amazônia para a economia do Brasil e do mundo.

## II — AS ATIVIDADES DO BANCO, EM 1952

## 1 — MOVIMENTO DO BANCO, RECURSOS, DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

Em 1952, contou o Banco, em média, com recursos que atingiram 957.508 milhares de cruzeiros, ou seja, 270.661 milhares a mais do que em 1951. Um excesso de 39%. Nas diferentes modalidades, houve mais 19%, 482% e 62%, respectivamente, nos recursos próprios, destinados a fins especiais e alheios, na conformidade do quadro abaixo:

RECURSOS	SALDOS MÉDIOS (em milhares de Cr\$)		VARIAÇÕES	
	1951	1952	Absolutas	Percentuais
Próprios .....	509.547	606.786	+	97.239 + 19%
Destinados a fins especiais .....	15.106	87.966	+	72.860 + 482%
Alheios .....	162.194	262.756	+	100.562 + 62%
<b>TOTAIS: .....</b>	<b>686.847</b>	<b>957.508</b>		<b>270.661 + 39%</b>

Por sua vez, a média das aplicações, a seguir discriminadas, foi de 885.184 milhares de cruzeiros, maior 45% do que em 1951, quando atingiu 609.110 milhares:

APLICAÇÕES E RESPONSABILIDADES	SALDOS MÉDIOS (em milhares de Cr\$)		VARIACIONES	
	1951	1952	Absolutas	Percentuais
<b>Aplicações:</b>				
Empréstimos à Produção .....	106.106	173.535	+	64%
Empréstimos ao Comércio e a Particulares .....	117.929	135.935	+	15%
Seguros de Borracha a Liquidar .....	6.649	7.675	+	15%
Borracha .....	197.976	300.870	+	52%
Borracha de Importação .....	67.626	121.079	+	78%
Salvados .....	535	796	+	49%
Mercadorias .....	5.970	7.901	+	32%
Investimentos .....	—	2.816	+	100%
Imobilizações Técnicas .....	20.923	26.730	+	28%
Outras aplicações .....	85.396	107.847	+	26%
<b>Total aplicações .....</b>	<b>609.110</b>	<b>885.184</b>	<b>+</b>	<b>45%</b>
<b>Disponibilidades:</b>				
Caixa .....	77.737	72.324	—	7%
<b>RECURSOS: .....</b>	<b>686.847</b>	<b>957.503</b>	<b>+</b>	<b>39%</b>

É de salientar-se, neste ponto, que tôdas as aplicações em 1952 sofreram aumentos consideráveis, que oscilaram de 15 a 100%.

Nas disponibilidades houve ligeiro declínio médio de 7%, pois, enquanto em 1951 alcançaram 77.737 milhares de cruzeiros, baixaram em 1952 para 72.324 milhares. Justifica-se, porém, este fenômeno, oriundo das aplicações mais elevadas em contraposição ao escoamento dos estoques, lento em relação à maior imobilização decorrente do aumento de produção da borracha nacional e da importação do produto estrangeiro.

## 2 — EMPRÉSTIMOS EM GERAL

Em saldos médios, o montante dos empréstimos atingiu, em 1952, 309.470 milhares de cruzeiros, superior em 85.435 milhares ao verificado em 1951.

Os empréstimos à produção foram 64% mais elevados em 1952 do que no exercício anterior, pois, enquanto que em 1951 emprestamos u'a média de 106.106 milhares de cruzeiros, no ano passado este índice alcançou 173.535 milhares, demonstrando o grande interesse do Banco pelo fomento da produção amazônica.

Relativamente aos empréstimos ao comércio e a particulares, o aumento médio foi de 18.006 milhares, isto é, 15%, uma vez que emprestamos 117.929 milhares de cruzeiros em 1951 e 135.935 milhares em 1952.

## 3 — OUTRAS APLICAÇÕES

As demais aplicações alcançaram, em 1952, 575.714 milhares de cruzeiros, contra 385.075 milhares em 1951, com um aumento, portanto, de 190.639 milhares, representando 33%.

A verba "Seguros de Borracha a Liquidar", no montante médio de 7.675 milhares de cruzeiros, representa o valor de sinistros com borracha verificados em usinas de Manaus, avarias a bordo e extravios de fardos em portos de destino, notadamente em Santos. Os processos de indenização do

respectivo seguro correm normalmente.

Por sua vez, o aumento da produção de borracha nacional e a importação de produto estrangeiro sem uma equivalente saída, levaram o Banco a imobilizar mais 52% e 79% em média e respectivamente do que em 1951. Na ordem, como se verifica do quadro anterior, foram de 300.870 milhares de cruzeiros (mais 102.894 milhares do que em 1951) e de 121.079 milhares (mais 53.453 milhares do que naquele ano) as nossas aplicações médias em borracha.

A borracha salvada apresentou, também, um acréscimo de 49% sobre 1951.

Em mercadorias necessárias aos seringais (tigelinhas, enxadas, querosene, gasolina, etc.) imobilizamos, em média 1.931 milhares de cruzeiros mais do que em 1951 quando o índice alcançado foi de 5.970 milhares, ao passo que em 1952 apurou-se um montante de 7.901 milhares. Este aumento verificou-se, principalmente, nas Agências de Belém e Cuiabá.

Os "Investimentos" referem-se à aquisição de ações da Fôrça e Luz do Pará S. A. e quotas-partes do capital da Companhia Fabril de Juta de Santarém, organizações que virão dar grande impulso à economia regional.

O aumento médio das imobilizações técnicas, no montante de 28%, decorreu de melhoramentos introduzidos em nossos prédios de Manaus e Cuiabá e despesas com a construção de grupos residenciais para funcionários do Banco em Pôrto Velho, Guajará Mirim e Rio Branco, bem como da aquisição de móveis e utensílios necessários aos serviços deste estabelecimento.

E, finalmente, as "Outras Aplicações" correspondem ao grupamento das demais contas de balanço, no ativo, uma grande parte das quais representando inversões que beneficiaram a Amazônia.

## 4 — EMPRÉSTIMOS REALIZADOS EM 1952

Desejamos, agora, salientar, na conformidade do quadro comparativo abaixo, o que foi o esforço do Banco no sentido de incrementar as suas operações gerais:

DISCRIMINAÇÃO	ANO DE 1951		ANO DE 1952	
	Número	Valor em Cr\$	Número	Valor em Cr\$
1 — Adiantamentos a Poderes Públicos .....	—	—	—	—
2 — Empréstimos de Fomento .....	56	4.793.000,00	509	126.334.021,90
3 — Empréstimos Agro-Industriais .....	—	—	—	—
4 — Empréstimos Agro-Pecuários .....	4	1.250.000,00	1	200.000,00
5 — Empréstimos Hipotecários .....	14	7.942.800,30	15	13.640.000,00
6 — Empréstimos Industriais .....	—	—	4	1.043.779,50
7 — Empréstimos em Conta Corrente (Produtores de Borracha e Juta) .....	203	109.621.500,00	232	132.130.969,60
8 — Empréstimos Rurais (Produtores de Borracha) .....	340	100.787.876,90	11	3.410.000,00
9 — Títulos Descontados (Comércio de Borracha e Juta) .....	5.015	264.153.251,20	5.829	331.455.137,60
10 — Adiantamentos por conta de Borracha .....	775	97.376.023,90	1.677	179.286.587,50
<b>TOTAIS: .....</b>	<b>6.407</b>	<b>585.904.452,30</b>	<b>8.278</b>	<b>787.500.493,10</b>

As 1.871 operações a mais realizadas em 1952 do que em 1951, representando um aumento de 201.596 milhões de cruzeiros, bem demonstram o grande passo dado pelo Banco em benefício da região produtora e da indústria consumidora que, também, como já foi dito, recebeu a assistência desta casa de crédito.

5 — DEPÓSITOS

Em 31/12/52 apresentava-se da seguinte forma a posição dos nossos depósitos:

A vista . . . . .	Cr\$ 15.310.231,30
A prazo . . . . .	Cr\$ 5.221.985,70
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>Cr\$ 50.532.197,30</b>

Feito o confronto em relação ao dia 31/12/51, verifica-se um aumento de Cr\$ 6.122.030,40 nos depósitos à vista e de Cr\$ 2.436.228,70 nos depósitos a prazo.

De qualquer forma, porém, os 50 e meio milhões de cruzeiros que temos em depósitos, comparativamente aos existentes nos demais Bancos em funcionamento na Amazônia, são uma insignificância, ou melhor, uma incompreensão da região para com este estabelecimento. Conseqüentemente, ainda, ao refletir da situação financeira difícilíssima por que passamos alguma tempo atrás, imobilizando todas as nossas reservas na aquisição de borracha. Tudo já passou, porém, mas os frutos continuam a causar seus málficos efeitos e apesar de todo o nosso esforço só muito devagar vêm vindo e nos outros depositantes. Contudo, o aumento de cerca de 20% nos depósitos é bem alvareiro e esperamos, no atual exercício financeiro, obter sensíveis melhoras na captação de novos clientes.

6 — RESERVAS

O Banco, em 31/12/52, contava, entre Capital e Reservas, com as cifras adiante expostas:

Capital . . . . .	Cr\$ 150.000.000,00
Fundo de Reserva . . . . .	15.399.637,60
Outras Reservas . . . . .	434.003.951,80
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>Cr\$ 599.399.630,40</b>

Em relação aos saldos apresentados pelo balanço encerrado em 31/12/51, verifica-se que:

- o Capital e Reservas excedem em Cr\$ 52.519.171,85 o montante correspondente;
- o Fundo de Reserva obteve um acréscimo de Cr\$ 1.974.418,60;
- o Fundo de Assistência aos Funcionários decresceu em Cr\$ 31.835,20, pois apresenta um saldo de Cr\$ 1.939.225,40, enquanto era de Cr\$ 2.339.919,30;
- o Fundo para Prejuízos Eventuais de Cr\$ 111.317.933,00, passou, em 31/12/52, para Cr\$ 113.291.802,90;
- o Fundo de Assistência aos Servidores elevou-se de Cr\$ 797.119,30 para Cr\$ 1.442.559,60;
- o Fundo de Fomento à Produção, por sua vez, alcançou Cr\$ 254.151.059,10, contra Cr\$ 297.931.617,00 em 31/12/51.

A única reserva que sofreu depreciação, e assim mesmo reduzida, foi a referente ao Fundo de Assistência aos Funcionários, como decorrência do natural carinho com que o Banco atende aos seus serventúrios quando doentes, e, por isso mesmo, necessitando de auxílio, máxime nos casos de gravidade.

7 — RESULTADO FINANCEIRO

No exercício de 1952 foi muito auspicioso o resultado das operações em geral do Banco, tendo o lucro líquido alcançado Cr\$ 39.463.370,70, a saber:

1.º semestre . . . . .	Cr\$ 20.769.111,30
2.º semestre . . . . .	18.719.259,40
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>Cr\$ 39.463.370,70</b>

Em qualquer caso abrigamo-nos os Senhores Acionistas, que o Banco tem a missão de fomentar a produção de borracha, juta, algodão, cacau, etc., reduzindo de 7 para 4% os juros sobre os empréstimos em aquelas localidades, tornando, assim, o seu crédito o mais barato do País.

8 — VERBAS EMPENHADAS

As verbas empenhadas do Fundo Especial deste Banco chegaram a atingir a vultosa quantia de Cr\$ 60.394.181,80. No início de 1952, porém, o saldo a utilizar era de, apenas Cr\$ 11.391.421,50, de acordo com a demonstração abaixo:

Destino	Verbas empenhadas (Cr\$)	Saldo a utilizar (Cr\$)
Instituto Agronômico do Norte	5.500.000,00	1.000.000,00
Prêmio de 10 %	11.187.686,00	8.684.726,50
SESP — Assistência Médica nas Hospedarias do DNI	5.000.000,00	38.193,70
Plano de Mato Grosso	6.500.000,00	1.613.511,30
<b>TOTAIS: . . . . .</b>	<b>32.300.000,00</b>	<b>11.391.421,50</b>

Fecho o exercício e deduzidas as respectivas utilizações, a posição era a seguinte:

Destino	Utilizadas neste exercício (Cr\$)	Por utilizar (Cr\$)
Instituto Agronômico do Norte	—	1.000.000,00
Prêmio de 10 %	—	8.684.726,50
SESP — Assistência Médica nas Hospedarias do DNI	38.750,00	51.433,70
Plano de Mato Grosso	110.000,00	1.503.511,30
<b>TOTAIS: . . . . .</b>	<b>146.750,00</b>	<b>11.244.671,50</b>

Até 31/12/52, haviam sido saldadas as seguintes verbas empenhadas:

Destino	Valor
Pagamentos feitos ao Sr. Tozzi Galvão	52.248,80
Prejuízo verificado na conta "Salvados"	87.251,80
Melhoramentos na estrada S. Raimundo/Cacracol	101.000,00
Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP)	3.600.000,00
SNAPP (Estudos)	500.000,00
CAETA	417.681,00
Correção do Território Federal do Guaporé	1.320.000,00
Melhoria e Construção de Estradas em Mato Grosso	1.000.000,00
Missões Salesianas do Amazonas	716.000,00
Acordo de Cia. Ford	5.000.000,00
Término da Formação de Seringais em Fordlândia e Belterra	24.300.000,00
<b>TOTAL: . . . . .</b>	<b>37.094.181,60</b>

A vista das demonstrações anteriores, conclui-se que das Verbas Empenhadas do Fundo Especial, no montante de Cr\$ 60.394.181,80, já foram pagos pelo Banco Cr\$ 52.649.510,30, havendo um saldo por utilizar de Cr\$ 11.244.671,50.

9 — ACÉRVO DA RUBBER DEVELOPMENT CORPORATION

No decorrer de 1952 foram vendidas mercadorias do acervo da RDC no valor de Cr\$ 567.898,10. Com as operações de vendas registradas até 31/12/51 temos um montante de Cr\$ 55.738.995,60, superior em Cr\$ 16.443.527,30 ao preço de custo.

Em 31/12/52 o inventário realizado acusou um estoque de Cr\$ 3.465.099,00, geralmente composto de mercadorias de difícil venda. Estamos, contudo, fazendo o possível para colocar o saldo restante.

No quadro abaixo, discriminamos as vendas efetuadas em 1952, por localidade e semestre:

Local	1.º semestre (Cr\$)	2.º semestre (Cr\$)	TOTAL (Cr\$)
Belém	151.391,00	133.379,00	286.671,50
Manáus	162.314,80	119.012,10	281.226,90
<b>TOTAIS: . . . . .</b>	<b>313.705,80</b>	<b>252.391,10</b>	<b>567.898,40</b>

## 10 — FUNDO DE FOMENTO A PRODUÇÃO

No decorrer do exercício financeiro de 1952 o Banco recebeu, para crédito do "Fundo de Fomento à Produção", instituído pela Lei n. 1.184, de 30 de agosto de 1950, duas parcelas de 23 milhões de cruzeiros cada uma, totalizando, assim, 46 milhões de cruzeiros o montante do auxílio prestado à região, por intermédio deste estabelecimento, pelo Tesouro Nacional.

Foram inestimáveis os benefícios proporcionados à Amazônia em decorrência dessas verbas, que desafogaram a situação financeira do Banco, periodicamente difícil quando se avolumam as compras de borracha, dando margem a maior amplitude nas operações de crédito.

Muito deve o Grande Vale, sobre este particular aspecto, ao Exmo. Sr. Dr. Horácio Lafer, que com tanto acerto dirige o Ministério da Fazenda, pois, em S. Excia., tem o Banco encontrado apóio e interesse pela causa que defendemos, facilitando, na medida do possível, o atendimento dos continuados pedidos que necessitamos fazer e que direta ou indiretamente, têm relação com o órgão disciplinado das finanças do País. Ao Dr. Horácio Lafer, pois, aqui consignamos os justíssimos agradecimentos da Amazônia.

## 11 — BORRACHA

Um capítulo especial merece, certamente, o movimento de borracha, neste Relatório.

Pelo quadro abaixo, verifica-se que a produção do ouro negro nacional, em 1952, no montante de 33.332.588 quilos, sendo 32.686.771 da região amazônica e 645.817 da não amazônica, representou o maior índice alcançado desde a criação do Banco de Crédito da Amazônia S. A. e, através um dos demonstrativos anexos, a mais elevada dos últimos 32 anos:

ANO	PRODUÇÃO		TOTAL (Quilos)
	Amazônica	Não Amazônica	
1943 .. .. .	14.462.225	827.784	15.290.009
1944 .. .. .	25.954.834	2.521.968	28.476.802
1945 .. .. .	27.946.917	2.646.591	30.593.508
1946 .. .. .	27.922.853	2.150.087	30.072.940
1947 .. .. .	31.534.897	1.395.628	32.930.525
1948 .. .. .	24.523.815	782.023	25.305.838
1949 .. .. .	25.964.919	805.163	26.770.082
1950 .. .. .	22.558.781	578.964	23.132.745
1951 .. .. .	24.388.036	1.381.762	25.769.848
1952 .. .. .	32.686.771	645.817	33.332.588

Conclui-se, também, para evidenciar as atividades do Banco no último biênio (1951|52), que a produção de 1951 foi maior em 2.637.103 quilos que a de 1950; a de 1952 superior em 7.562.740 quilos a de 1951; e, finalmente, que o biênio 1951|52 apresentou um índice produtivo de 59.102.436, ou seja, mais 9.109.609 quilos que o período de 1949 a 1950 que alcançou exatamente 49.992.827 quilos.

O que representou, em trabalho e sacrifício, para o nosso estabelecimento, os aviadores, seringueiros e ambulantes seringueiros, tal conquista, é, porém, uma justa retribuição aos esforços e apóio recebidos do Governo Federal, notadamente dos Exmos. Srs. Presidente da República e Ministro da Fazenda, e uma prova da capacidade realizadora da Amazônia que soube corresponder aos desejos e a confiança dos Poderes Públicos.

Centenas de milhões de cruzeiros foram investidos pelo Banco no custeio da produção da borracha, por seringueiros probos e tradicionais e mesmo neófitos, aos quais, em momentos de dificuldades e tropeços comuns à sua indústria, não faltou, a par da assistência financeira, a nossa palavra de incentivo. Uma política de crédito racional, oportuna e barato, caminhando de lado com fiscalização eficiente, possibilitou-nos obter tão magníficos quanto honrosos resultados.

A produção de borracha nacional atingiu, felizmente, já o dissemos, um índice superior 22,88% ao ano de 1951, correspondendo o aumento a 7.562.740 quilos. E as providências adotadas pelo Banco, muitas em franca execução, outras em vias de ser efetivadas, tôdas, porém, oriundas do metódico estudo visando resultado eficientes, não temos dúvida em afirmar que não libertar o Brasil das importações, tão prejudiciais à nossa balança comercial, pois sendo a borracha um produto caro é, contudo, imprescindível à indústria do País, cujas máquinas não podem parar, notadamente aquelas que mais prospera e se consolida, fabricando igual ou melhor do que os similares estrangeiros.

Transcrevemos, a seguir, para melhor conhecimento, o quadro comparativo da borracha adquirida pelo Banco em 1952,

demonstrando a diferença aritmética e percentual verificada, por trimestre, em relação a 1951:

Borracha Comparada	EM TONELADAS		VARIACÕES	
	1951	1952	Absolutas	%
1.º trimestre .. .. .	9.591	11.901	+ 2.310	19,41
2.º trimestre .. .. .	8.773	8.883	+ 110	1,24
3.º trimestre .. .. .	4.222	6.598	+ 2.376	56,29
4.º trimestre .. .. .	6.194	8.580	+ 2.386	38,52
TOTAIS .. .. .	25.770	33.332	+ 7.562	29,35

O montante, em cruzeiros, das compras de borracha em 1952, alcançou 751.491 milhares, de acôrdo com o demonstrativo a seguir transcrito, separadamente por Agência compradora:

Especificação	Quilo	Valor Cr\$
PARTE AMAZÔNICA		
Agência Central — Belém	13.195.913	278.147.597,70
" de Manaus .. .. .	13.403.866	318.333.594,70
" de Itacoatiara .. .. .	683.685	14.728.971,20
" de Porto Velho .. .. .	4.348.756	104.191.392,20
" de Cuiabá .. .. .	1.054.551	21.475.336,90
TOTAL .. .. .	32.686.771	736.876.892,70
PARTE NÃO AMAZÔNICA		
Agência do Rio de Janeiro	—	—
" de São Paulo .. .. .	15.674	420.879,50
Escritório de Salvador .. .. .	630.143,3	14.193.363,92
Total .. .. .	645.817,3	14.614.243,42
TOTAL GERAL .. .. .	33.332.588,3	751.491.136,12

## 12 — LAVAGEM DE BORRACHA

No decorrer de 1952 a lavagem da borracha nacional continuou sendo feita por 12 Usinas, das quais 6 localizadas no Estado do Pará, 5 no Amazonas e 1 em Mato Grosso. Esta última de propriedade e direção do Banco e as demais de particulares, sujeitas entretanto, à nossa fiscalização.

A despeito mesmo da crise de energia elétrica, que continua custando o desenvolvimento industrial dos Estados do Amazonas e Pará, e o natural desgaste da maquinária, as várias Usinas atingiram níveis de lavagem de borracha bem apreciáveis. Apenas uma, a Eabil, situada em Manaus, apresentou ligeiro decréscimo na sua produção, decorrente de um incêndio que durante algum tempo prejudicou as suas normais atividades.

De uma maneira geral, na conformidade do demonstrativo abaixo, o acréscimo na lavagem da borracha foi de 6.027.992 quilos, a saber:

UNIDADES	BORRACHA LAVADA		VARIACÕES	
	1951	1952	Absolutas	%
PARÁ .. .. .	12.209.104	15.961.362	+ 3.752.258	30,73
AMAZONAS .. .. .	12.172.344	14.042.702	+ 1.870.358	15,37
MATO GROSSO .. .. .	674.810	930.191	+ 255.381	37,85
TOTAL .. .. .	25.056.258	30.934.255	+ 5.877.997	23,46

O quadro abaixo esclarece, com relação aos exercícios de 1951 e 1952, a produção discriminada e comparativa das várias Usinas em funcionamento:

ESPECIFICAÇÃO	1951		1952	
	TOTAL	MÉDIA MENSAL	TOTAL	MÉDIA MENSAL
<b>PARA</b>				
Santa Mônica .....	3.292.687	274.390	3.679.341	306.611
Belém .....	2.382.920	198.576	2.652.399	221.033
Farah .....	2.009.014	167.417	2.360.374	196.698
Vitória .....	1.778.171	148.180	2.331.920	194.327
Progresso .....	1.736.084	144.673	2.749.413	229.118
Santo Antônio .....	1.010.223	84.125	1.237.915	107.326
<b>Total</b> .....	<b>12.269.104</b>	<b>1.017.425</b>	<b>15.061.362</b>	<b>1.255.113</b>
<b>AMAZONAS</b>				
Labôr .....	3.828.487	319.040	4.612.252	384.354
Estrêla .....	3.255.101	269.591	3.991.480	332.623
Hévea .....	2.450.707	204.225	2.721.218	226.768
Eabil .....	2.088.239	174.019	1.960.349	163.362
Moisés .....	569.810	47.484	757.404	63.117
<b>Total</b> .....	<b>12.172.344</b>	<b>1.014.362</b>	<b>14.042.703</b>	<b>1.170.225</b>
<b>MATO GROSSO</b>				
Artur Borges .....	674.810	56.234	980.191	81.682
<b>Total</b> .....	<b>674.810</b>		<b>980.191</b>	
<b>TOTAL GERAL</b> .....	<b>25.056.258</b>	<b>2.088.021</b>	<b>30.084.256</b>	<b>2.507.021</b>

O Banco, dentro de sua finalidade, não tem esquecido o setor usineiro, tanto assim que, mediante financiamentos industriais, vem possibilitando o reaparelhamento das usinas de lavagem de borracha situadas na Amazônia, muitas das quais antigas e deficientes. E está assistindo financeiramente a instalação de duas novas e modernas, uma em Porto Velho, no Território do Guaporé, e outra em Belém.

Oportuno é salientar que o processo de beneficiamento de borracha, sendo moroso — pois leva entre 25 e 45 dias para se realizar — acarreta pesado ônus ao capital do Banco e demora na entrega aos consumidores. A lógica solução é, assim, incrementar-se o preparo da borracha em lâminas defumadas nos próprios seringais, comprando-a o Banco por preços mais elevados e, conseqüentemente, mais interessantes aos produtores. Deste modo, poder-se-á desobstruir as

Usinas atualmente em funcionamento, poupando-se-lhes a maquinaria, de aquisição difícil e onerosa, e entregando-se com maior rapidez a borracha beneficiada aos centros industriais.

Esta finalidade levou-nos a adquirir centenas de máquinas de laminação, modernas e baratas, que estamos vendendo aos seringalistas interessados ao preço de custo, para pagamento a longo prazo.

### 13 — EMBARQUES PARA O SUL

Os embarques destinados ao suprimento da indústria nacional, especificados no quadro abaixo, representaram mais 2.620.214 quilos de borracha e mais Cr\$ 211.143.319,60 do que os montantes alcançados em 1951:

DESTINO	1951		1952	
	QUILOS	VALOR EM CR\$	QUILOS	VALOR EM CR\$
São Paulo .....	18.191.752	542.066.202,80	21.269.742,9	753.277.489,40
Rio de Janeiro .....	2.700.380	84.895.181,20	2.473.527,2	90.351.114,10
Porto Alegre .....	449.739	13.293.053,70	217.815	7.769.168,80
<b>TOTAL</b> .....	<b>21.340.871</b>	<b>640.254.452,70</b>	<b>23.961.085</b>	<b>851.397.772,30</b>

Para maior clareza, os dados a seguir expostos especificam com os embarques para o sul, em 1952, indicando as Filiais remetentes e a qualidade do produto enviado:

ORIGEM E QUANTIDADE (especificado o destino)	QUILOS	VALOR EM CR\$
<b>BORRACHA LAVADA</b>		
Belém/Rio de Janeiro .....	574.830,2	20.145.844,90
" /São Paulo .....	10.243.580,3	379.644.472,00
" /Porto Alegre .....	210.805	7.406.919,50
Manáus/Rio de Janeiro .....	1.893.697	70.205.269,20
" /São Paulo .....	8.017.691	293.871.628,30
" /Porto Alegre .....	7.010	362.249,30
Itacoatiara/São Paulo .....	589.470	21.154.204,40
Cuiabá/São Paulo .....	721.848	24.150.552,30
<b>Subtotal</b> .....	<b>22.263.931,5</b>	<b>807.941.140,90</b>
<b>BORRACHA BRUTA</b>		
Belém/São Paulo .....	1.697.153,5	43.456.631,40
<b>Subtotal</b> .....	<b>1.697.153,5</b>	<b>43.456.631,40</b>
<b>TOTAL GERAL</b> .....	<b>23.961.085</b>	<b>851.397.772,30</b>

### 14 — VENDAS PARA O MERCADO INTERNO

Em 1952, conforme adiante se verifica, as vendas de borracha bruta e lavada para o mercado interno foram maiores em 2.511.362 quilos, representando mais 10,68% do que no exercício anterior:

Borracha vendida	PESO EM QUILOS		VARIACÕES	
	1951	1952	Absolutas	%
Lavada .....	18.876.220	21.627.042	+ 2.750.822	12,71
Bruta .....	2.114.266	1.874.606	- 239.660	11,33
<b>Total</b> .....	<b>20.990.486</b>	<b>23.501.648</b>	<b>+ 2.511.162</b>	<b>10,68</b>

E o consumo, pelos dados a seguir expostos, foi 11,06% superior ao ano de 1951, convertida a borracha lavada no seu equivalente em bruta:

Borracha Vendida	ANOS		VARIACÕES	
	1951	1952	Absolutas	%
Pêso, em toneladas	25.710	28.908	+ 3.198	11,06

Em moeda, as nossas vendas de borracha nacional atingiram, no ano de 1952, Cr\$ 894.631.927,30, que representou um aumento de Cr\$ 228.567.964,30 sobre as efetuadas no exercício precedente.

Nesta altura, desejamos salientar o que se vem passando com relação à Manipolo. Há grande desinteresse por parte



da indústria no consumo desse tipo de borracha, o que fica perfeitamente esclarecido pelos seguintes dados:

Estoques, em quilos, a 31-12-51 . . . . .	496.304
Compras em 1952 . . . . .	580.949,5
Estoque a 31-12-52 . . . . .	810.606

As vendas atingiram, pois, 180.134 quilos apenas, tendo havido quebras de Armazem e Usina no total de 86.513,5 quilos.

#### 15 — ESTOQUES

Os estoques de fim de exercício, constantes dos inventários do Banco, a partir de sua fundação, foram os seguintes:

Em 1943 . . . . .	4.336.000 quilos
1944 . . . . .	5.177.627
1945 . . . . .	5.435.827
1946 . . . . .	6.822.965
1947 . . . . .	9.287.393
1948 . . . . .	13.819.549
1949 . . . . .	15.201.449
1950 . . . . .	9.125.849
1951 . . . . .	8.294.994
1952 . . . . .	9.175.501

Além da borracha nacional em estoque (9.175.501 quilos), possuíamos, em 31 de dezembro passado, mais 6.210.086 quilos de produto importado. A imobilização total representava, então, para o Banco a vultosa quantia de . . . . . Cr\$ 462.554.527,00, mais de três vezes o seu próprio capital.

Estas imobilizações periódicas e até certo ponto necessárias, ocasionam, contudo, momentos financeiramente difíceis para o Banco e prejuízos conseqüentes às fontes de produção. A liberação de parte dos nossos estoques, mantidos no sul por imposição legal — medida que está na dependência de solução por parte do Congresso — permitiria uma circulação média na região amazônica de mais 150 milhões de cruzeiros, sendo imensas as vantagens advindas.

#### 16 — IMPORTAÇÃO DE BORRACHA

A previsão das necessidades internas do País, feita pelo órgão competente, a Comissão Executiva de Defesa da Borracha, levou-nos à importação do produto. Conforme mapa anexo ao presente Relatório, a estimativa das necessidades de borracha para 1952 era de 41.612.512 quilos, sendo 35.063.560 para a Indústria Pesada e 6.543.952 para a Indústria Leve.

Verificados os estoques do Banco, estimada a produção de borracha nacional, enfim, coligidos os dados necessários para a adoção de providências visando não faltasse o precioso ouro negro à nossa indústria, importamos, em 1952, 10.747.887 quilos de borracha estrangeira, dos quais . . . . . 4.000.000 correspondiam ao saldo da quota de importação que fôra prevista para 1951.

Ocorreu, porém, que o desenvolvimento do parque industrial brasileiro não alcançou os índices previstos. E em decorrência deste fato vendemos, dos 10.747.887 quilos importados, apenas 3.919.449, por Cr\$ 160.110.839,10. A 31-12-52 tínhamos estocados, despresadas as quebras, 6.210.086 quilos do produto de importação.

Em capítulo especial já esclarecemos que, no exercício passado, foram vendidos 23.032.997 quilos de borracha nacional, pêso seco, para o consumo interno. Adicionados os 3.919.449 quilos do produto importado vendido, conclui-se que o consumo total do País foi de 26.952.446 quilos. Menos, portanto, 14.669.066 quilos do que o montante das aquisições que deveriam ser feitas pela indústria, conforme a previsão de consumo para 1952.

De outro lado, o aumento da produção de borracha nacional foi além da expectativa.

Os fatores expostos, contribuíram, assim, para o vultoso estoque do Banco em 31-12-52, que era de . . . . . 15.385.587 quilos.

O quadro abaixo indica, pormenorizadamente, o movimento de compras, vendas e estoques mensais de borracha de importação:

	ENTRADAS		VENDAS		Estoque de fim de mês (quilos)
	(quilos)	(quilos)	Valor em Cr\$	(quilos)	
Janeiro . . . . .	1.533.178	1.533.178	61.542.472,90	—	—
Fevereiro . . . . .	76	76	3.012,20	—	—
Março . . . . .	1.557.405	1.557.405	63.873.079,40	—	—
Abril . . . . .	805.839	400.148	17.029.730,00	—	405.849
Maior . . . . .	5.141	408.640	16.675.245,90	—	—
Junho . . . . .	—	—	—	—	—
<b>Total — 1.º semestre . . . . .</b>	<b>3.901.639</b>	<b>3.899.447</b>	<b>159.123.540,40</b>	—	<b>624.037</b>
Julho . . . . .	624.037	—	—	—	4.369.043
Agosto . . . . .	3.745.006	—	—	—	5.076.548
Setembro . . . . .	1.323.665	—	—	—	5.993.655
Outubro . . . . .	917.107	—	—	—	5.973.707
Novembro . . . . .	—	19.948	984.633,30	—	6.210.086
Dezembro . . . . .	236.433	54	2.665,40	—	—
<b>Total — 2.º semestre . . . . .</b>	<b>6.846.248</b>	<b>20.002</b>	<b>987.298,70</b>	—	—
<b>TOTAL DO ANO . . . . .</b>	<b>10.747.887</b>	<b>3.919.449</b>	<b>160.110.839,10</b>	—	—

#### 17 — PLANTAÇÃO DE SERINGUEIRAS

A borracha, não resta mais dúvida, é um elemento essencial à defesa e ao progresso das Nações na guerra como na paz. Produto disputado, seu consumo mundial cresce cada vez mais em escala incalculável.

Apesar do crescimento da produção da borracha sintética e do seu aperfeiçoamento em tipos e qualidades, o que se observa é que a borracha natural continua a ser disputada e preferida pelas indústrias como matéria prima cada vez mais necessária e útil.

O nosso país não devia continuar à margem da heveacultura, sobretudo porque a sua indústria de artefatos apresenta crescimento que os nossos seringueiros nativos não poderão acompanhar, principalmente na competição dos preços, mesmo sob métodos atualizados de máximo rendimento.

Estes e a heveacultura não foram subestimados pelo Banco entre as suas atribuições institucionais. Assim é que autorizado a incentivar o plantio pelo decreto-lei

6.910, de 27 de setembro de 1944, contratou a assistência técnica do Instituto Agrônomico do Norte, entregando-lhe para esse fim, durante um quinquênio, Cr\$ 5.000.000,00. Infelizmente o IAN não concretizou dita assistência. Além desses valores ainda dispendeu o Banco pela aquisição das propriedades de Ford Cr\$ 5.000.000,00, e empregou no custeio dos serviços em verbas entregues ao IAN, nos 2 primeiros anos, Cr\$ 24.300.000,00, representando tudo o total de Cr\$ 34.300.000,00.

Em Belterra já se encontram recuperadas das plantações Ford, um pouco mais de 2 milhões de árvores em estado de produção. Lamentavelmente, apesar da necessidade que o país apresenta de latex, somente uma quarta parte do seringal da ex-empresa Ford foi cortada em 1951 e 1952, produzindo apenas pouco mais de 500 toneladas anuais, que não estão computadas nas aquisições do Banco.

Em 1951 chegamos a importação de borracha, e entre as medidas de defesa da economia nacional nesse setor, o Banco deliberou não só intensificar a exploração dos seringais nativos e a melhoria dos processos da extração e pre-

para da sua borracha, como efetivar a formação de seringueiras de cultura e o plantio em geral da seringueira sob indicação moderna.

Promoveu a vinda de técnicos, entre eles o Sr. Bouquet, presidente do Instituto de Pesquisas de Borracha na Indochina e os da Good-Year, Firestone e Pirelli que apresentaram persuasivos relatórios. Sob a assistência pessoal do Diretor Walter Putz, agrônomo do Banco e pessoal contratado têm excursionado à Amazônia, escolhendo terras, ministrando instruções sobre seleção de sementes, formação de viveiros, transplante e enxertia. Desde julho de 1951, o financiamento à produção da borracha a juro anual de 4% ao ano e prazo longo, está vinculado à obrigação do plantio, pelo menos de duas seringueiras por cada milhar de cruzeiros, o que representa, no mínimo, cerca de 250 mil seringueiras anualmente.

Essas providências vem encontrando entusiástica cooperação dos seringalistas e particulares, multiplicando-se os viveiros.

O trabalho desenvolvido pelo Diretor Walter Putz, dividiu a Amazônia em zonas e durante 1952 apresenta a seguinte plantação de seringueiras:

Pará e Amapá .....	300.700
Amazônias e Rio Branco .....	28.000
Acre e Guaporé .....	15.900 344.600

Os governos dos Territórios Federais do Amapá, Acre e Guaporé estão por sua vez procedendo e estimulando a heveacultura e muitos são os particulares empenhados nessa tarefa, inclusive em Mato Grosso.

O Instituto Agrônomo do Norte tomou o compromisso de colaborar, em especial com material selecionado e habilitação de pessoal para enxertia.

O Banco apenas com as suas disponibilidades está alcançando esses resultados, que seria multiplicado em escala ascendente se dispuzesse de recursos indispensáveis a um serviço dessa envergadura.

O próprio Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, na mensagem ao Congresso Nacional em janeiro de 1952, reconhecendo a importância do assunto, apoiou a sugestão do BCA no sentido de ser feita a dotação de quantia correspondente a 10% das Verbas de Valorização da Amazônia, durante dez anos, para a formação de seringueiras sob indicação da técnica moderna, inclusive assistência social aos respectivos trabalhadores e colonos.

### 18 — JUTA E OUTRAS FIBRAS

O Brasil era, até pouco tempo, tradicional importador da juta que consumia na fabricação de sacos de serrapilha indispensáveis à embalagem de uma boa parte de sua produção de consumo interno e de exportação.

Recebia essa matéria prima da Índia e, além dela, contava com escassa quantidade de fibras nacionais nativas, similares, mas de qualidade subestimada.

Em 1937, aparecia a juta brasileira com onze toneladas, resultantes da experimentação agrícola dos japoneses, em Parintins, no Estado do Amazonas. Isso quase nada significava, porém, tanto mais quando se tinha a considerar o vulto cada vez maior dos gêneros de produção que dela necessitavam. Impunha-se, por isso, dar mais expansão à nossa juteicultura. E ela cresceu nos Estados do Amazonas e do Pará, alcançando, de 1943 a 1946, a média anual de 10.768 toneladas, contra 12.588 toneladas de importação.

Cessado esse período, que foi de guerra, e apesar de novamente preferida a juta estrangeira, em prejuízo do fomento e melhoria da produção amazônica, ainda assim esta conseguia, no triênio seguinte, de 1947 a 1949, a média anual de 13.805 toneladas, contra 15.952 de importação.

E, em 1950, com 19.639 toneladas de juta, inclusive um quinto de malvas, fibras nativas similares, a Amazônia continuava a resistir à tendenciosa especulação de preços e qualidade, sendo de nulos efeitos os convênios e órgãos de controle estabelecidos entre produtores e industriais, com assistência oficial.

Em 1951, o Ministério da Agricultura, através do Instituto Agrônomo do Norte, intensificou a distribuição de sementes, sendo que o Banco de Crédito da Amazônia S/A., e o Banco do Brasil ampliaram as suas assistências financeiras à produção, resultando dessas medidas adotadas alcançar referida produção a 34.500 toneladas. Atingiram-se, com isso, a auto-suficiência nacional, sem, entretanto, conseguir sustar a importação estrangeira.

O Banco, em 1952, conjuntamente com as Associações Comerciais do Pará e do Amazonas, indefectíveis companheiras na ardua campanha, promoveu a Terceira Con-

ferência Nacional da Juta e Fibras Similares, no mês de abril, em Belém, com o apoio e sob a presidência do Exmo. Sr. Dr. João Cleofas, Ministro da Agricultura.

E, dentre as conclusões dessa Conferência, pudemos destacar a da garantia de preços mínimos à produção, sob o regime de amparo financeiro, instituído, pela lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

O Exmo. Sr. Ministro João Cleofas, através das suas Exposições de Motivos n. 1.093 e 1.287, de 6 e 27 de maio, respectivamente, levou ditas conclusões ao eminente Sr. Presidente da República, que atendendo ainda uma vez mais a tão justos anseios da Planície, fez baixar o decreto n. 30.958, de 9 de junho, atribuindo a mencionada garantia de preço mínimo das safras ao Banco do Brasil.

Com esse novo estímulo, subiu a produção acima de 40 mil toneladas, determinando a proibição de se importar juta estrangeira.

O Banco de Crédito da Amazônia S/A., tendo conseguido elevar, em 1952, a produção de borracha e concorrido para a da juta e fibras similares ao ponto da auto-suficiência nacional sente-se compensado dos esforços dispendidos, rejubilando-se por assim poder propiciar ao país uma apreciável economia de divisas. Sua decisiva atuação no caso da juta e fibras similares ensejou-lhe receber, desvinculado, um sem número de homenagens públicas, dos produtores e do comércio da gleba, que nem só comunicaram a S. Excia. o Sr. Presidente da República de terem esse resultado ao Banco, por haverem recebido deste "a eficiente e oportuna assistência financeira que suas possibilidades comportavam", como reiteraram a necessidade de ser concretizada a mensagem presidencial ao Congresso Nacional, pela qual solicitava ao Chefe do Governo a dotação de 50 milhões de cruzeiros, a fim de que possa o Banco criar, em seu organismo, uma carteira especial de juta e fibras similares, financiando a produção e completando, assim, a garantia de preços mínimos das safras, a cargo do Banco do Brasil.

De qualquer modo, é, de fato, aconselhável amparar com a devida assistência, sobretudo de recursos bastantes de financiamento, uma produção que libera o país da importação de matéria prima essencial e se integra na órbita das atividades de recuperação e desenvolvimento da economia de uma região como a Amazônia.

No país, 29 fábricas consomem juta e fibras similares, uma das quais na Planície, no Pará, achando-se em organização duas outras, em Manaus, Amazonas, e na cidade paraense de Santarém.

No último triênio, o valor da importação foi, em cruzeiros:

	1950	1951	1952
Juta em bruto .....	36.155.608	85.442.189	149.450.801
Juta não especificada, cordoalha, sacos e manufaturas outras	33.610	220.762	178.338
	36.189.218	85.662.951	149.629.139

Na vigência deste Banco, a produção amazônica e a importação de juta e similares, segundo dados que colhemos, foi a seguinte, em quilos:

	Produção amazônica de juta e malvas	Importação de juta	TOTAL
1943	9.061.325	8.274.000	17.335.325
1944	11.404.838	16.161.000	27.565.838
1945	11.277.257	12.958.000	24.235.257
1946	11.329.503	12.958.000	24.287.503
1947	9.653.603	10.457.000	20.110.603
1948	12.387.865	27.760.000	40.147.865
1949	19.374.122	9.640.000	29.014.122
1950	19.638.418	5.346.674	24.985.092
1951	34.500.000	10.955.540	45.455.540
1952	40.000.000	16.050.005	56.050.005

Prossegue promissora a cultura de sizal e manilha, principalmente pelos japoneses, na colônia agrícola paraense de Tomé-Açú.

As plantações excedem, ali de 40 mil pés de sizal e 5 mil de manilha e os lavradores paraenses já se sentem animados para proceder à cultura dessas fibras, que primam, assim, a aumentar a importância da Amazônia, como produtora, em alta escala, de juta e similares.

Outras fibras nativas, como ituá, tucum, etc., oferecem aproveitamento apreciável, alcançando, já, mais de mil toneladas a produção, de plaçava e cogita-se da experimentação do abacá.

O Banco não faltará com a sua colaboração às iniciativas de produção de fibras textéis na Amazônia.

## 19 — PIMENTA DO REINO

Já de longa data, no Pará não era difícil o se encontra, mata a dentro, repontando aqui e ali, pimenta do reino, remanente por certo, da introduzida pelos Jesuitas, no século XVII, procedente da Índia. Degenerada, porém, a falta de assistência, perdeu qualquer expressão comercial que, por ventura, houvesse orientado a sua introdução no país.

Em 1933, os japoneses localizados em Tomé-Açu, no município paraense de Acará, trouxeram da Índia vinte estacas, das quais vingaram duas, as quais, entretanto, sob paciência e perita multiplicação, constituiram, ali, grande centro de cultura de pimenta do reino e de fornecimento de mudas para outras zonas paraenses.

Este ano, Tomé-Açu recenseou 283.870 pés de pimenta do reino, podendo ser estimada a cultura atual no Estado em 320.000 pés, verificando-se toda essa cultura, de japoneses e nacionais, às proximidades de Belém.

A produção de Tomé-Açu subiu de 21 toneladas, ou... Cr\$ 1.680.000,00, em 1939, para 290 toneladas, ou... Cr\$ 18.900.000,00, em 1952, o que equivale à poupança de um milhão de dolares em importação.

A estatística oficial apresenta a seguinte importação de pimenta, neste quinquênio, obedecendo à classificação genérica de pimenta Asiática, em grão:

	Quilos	Valor em Cr\$
1948	399.602	8.464.507,00
1949	717.127	25.210.944,00
1950	467.955	31.860.944,00
1951	1.050.733	86.436.244,00
1952	623.930	44.564.413,00

Dentro de dois anos, a produção amazônica alcançará o auto-abastecimento nacional, cominhando com segurança para saldos exportáveis, aos preços dos mercados consumidores.

O Banco vem cooperando, também, na expansão dessa cultura.

## 20 — QUINA

Inclinam-se os japoneses à aclimação no Pará, ou na Amazônia Brasileira, da Chinchona, originária das visinhas regiões andinas e cultivada no Oriente, por ingleses e holandeses, com vultoso monopólio comercial de quina e seus sub-produtos.

Será uma iniciativa merecedora de amparo.

## 21 — ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR

A legislação nacional de assistência ao trabalhador, embora das mais avançadas, não alcançou ainda, em toda a sua plenitude, os centros rurais, o que tem causado crescente migração para os centros urbanos, provocando o desequilíbrio entre a produção e o consumo.

Na Amazônia não é de fácil equacionamento a execução a assistência ao trabalho rural, disperso em imensa vastidão territorial, e de vida nômade no aproveitamento de safras silvestres de acordo com o preço e sua aceitação no comércio.

Apesar dessas dificuldades, o Banco resolveu iniciar nos setores de atividades sob o seu controle.

E assim é que desde o segundo semestre do ano de 1951 criou o Fundo de Assistência ao Seringueiro com o depósito de 2% dos seus lucros líquidos, cujo montante no encerramento do exercício de 1952 era de Cr\$ 1.442.559,50.

A assistência social aos trabalhadores é a preocupação máxima do Presidente Getúlio Vargas. E tanto isso é verdade que, ao tomar conhecimento das providências que pretendiamos executar com relação ao amparo objetivo aos seringueiros e suas famílias, S. Excia. nos recomendou, pessoalmente no Palácio do Catete, a elaboração de um estudo sobre a criação de um Instituto de Previdência aos Seringueiros, trabalho que já entregamos a S. Excia. E tudo nos leva a crer que serão os seringueiros os primeiros trabalhadores rurais e suas famílias a terem devidamente organizada, assistência médica, hospitalar e educacional, com a garantia de aposentadoria.

Já tem eles amparo do Banco na exigência que fazemos aos seringalistas e aviadores da comprovação do preço pago pela borracha nos seringais, fiscalizando desse modo a percentagem legal a que tem direito o produtor.

E não se poupará o Banco em lhes proporcionar peculiar adaptação ao meio rural em condições de fixação ao solo e trabalho eficiente que lhes dê consciência de possibilidades de emancipação econômica e bem estar geral.

Nesta parte caberá aos governos locais precioso con-

curso, facilitando a aquisição da propriedade da terra aos que a cultivam ou nela se mantenham sob modalidade outra de exploração econômica.

O Banco de Crédito da Amazônia S/A., vem prestando auxílio e assistência às Hospedarias de Imigrantes nos Estados do Pará e Amazonas. Para a de Tapanã, em Belém, o Banco já doou um motor de luz, um frigorífico com capacidade para 300 quilos de carne verde, mantendo permanentemente serviço médico, com clínico pago pelos nossos cofres, além de outros auxílios financeiros para a reforma dos pavilhões existentes.

A reconstrução da Hospedaria de Imigrantes "Eduardo Ribeiro", antiga "Melo Matos", em Manaus, que estava em completo estado de ruína, o Banco prestou o auxílio financeiro de Cr\$ 115.500,70, além do adiantamento de trezentos mil cruzeiros para posterior reposição.

O Banco de Crédito da Amazônia S/A tem dado auxílio financeiro a diversas instituições pias e particulares que prestem assistência social aos produtores e seus filhos, podendo citar a "Casa do Filho do Seringueiro", no Pará, e a "Fundação Amazonas" em Manaus.

Executa desse modo este estabelecimento, dentro de suas possibilidades e atribuições, a política de assistência social ruralista do Presidente Getúlio Vargas.

## 22 — ALIMENTAÇÃO — AGÊNCIAS VOLANTES

A Amazônia, até hoje, para maior gravidade de seus múltiplos problemas, importa a maioria dos gêneros alimentícios indispensáveis à alimentação de seus habitantes. O que aqui se produz fica muito aquém das reais e mínimas necessidades públicas. E por isso mesmo o custo de vida em toda a região é elevadíssimo, assumindo mesmo as proporções de um verdadeiro problema. E tanto isso é verdade que até a carne verde já nos está vindo do Sul e de Goiás não satisfazendo as comuns necessidades das populações das capitais.

A importância desse problema levou o BCA a fomentar a lavoura, a pesca e a pecuária.

Começando sua ação pela lavoura, vem estimulando com financiamentos a juros de 4% ao ano o abastecimento nos centros da produção extrativa e da heveacultura, bem como aos agricultores e granjeiros nas áreas de estrutura rural-urbana.

Objetivando criar no espírito do produtor o sentido bancário e visando o aumento imediato dos principais gêneros de alimentação, dentro do programa traçado pelo governo do Presidente Getúlio Vargas, o Banco de Crédito da Amazônia S/A., criou as Agências Volantes, que levam o crédito ao produtor no seu próprio "habitat", além de lhe ministrarem, através de corpo de agrônomos especializados, os devidos esclarecimentos técnicos sobre o método racional de plantações para êxito nas colheitas anuais.

Há quase um ano as Agências Volantes estão atuando na região da Estrada de Ferro de Bragança, de fácil ligação com Belém e aonde está concentrada a maior produção agrícola do Estado do Pará. Face ao êxito obtido com essa experiência, o Banco estabeleceu idêntico serviço no Estado do Amazonas, e já está estendendo o mesmo sistema em toda a Planície, certo de sucesso.

Para segurança do método empregado, o Banco solicitou e obteve do Ministério da Agricultura a cooperação de técnicos especializados, seus e da FAO, os quais, após estudos locais, depois de percorrerem toda a região, apresentaram relatórios indicando processos adequados.

A iniciativa do BCA vem sendo compreendida e os seus resultados são animadores. Estes, porém, terão de se desenvolver à medida da eficiência de organização das atividades agrícolas, em um meio como a Amazônia, de absorvente extrativismo.

Enquanto a produção silvestre, de imediata colheita e entrega ao consumo, proporciona rápido movimento do capital de exploração, a agrícola depende do preparo e condições ecológicas da terra, boa semente, adequados tratamentos e culturas, vigilante defesa, colheita sob interferência de fatores da natureza e de colocação, tornando menos certa a remuneração do trabalho e lenta a reconstituição do capital empregado. São caracteres de produção e do crédito que devem ser considerados nos dois casos.

Quanto ao criatório de abastecimento, o Banco tem dado assistência financeira ao desenvolvimento dos rebanhos leiteiros, e da avicultura de corte de produção de ovos, com resultados sensíveis no consumo das cidades. Igual assistência tem dispensado à aquisição de reprodutores bovinos, no Pará e Território do Amapá e Amazonas e, instruções foram expedidas à Agência de Boa Vista para financiamento agro-pecuário no Território de Rio Branco.

O Banco sente a necessidade de intensificação de amparo e ajuda à pecuária e à pesca em todos os seus aspectos, não só pelo lado benéfico da alimentação mas também do industrial, com aumento de riqueza da região.

Temos a promessa do Ministério da Agricultura da vinda de um barco de pesca, devidamente equipado para o Estado do Pará.

Ressentindo-se o BCA de disponibilidades necessárias à assistência financeira que merecem a pecuária e a pesca, levou o fato ao conhecimento do Presidente Getúlio Vargas, o qual reconhecendo a necessidade imperiosa daquele amparo, em sua mensagem ao Congresso em 1952 aprovou nossa sugestão no sentido de ser feita a dotação de cinquenta milhões de cruzeiros para o financiamento à pecuária e pesca.

Há cerca de 6 meses o deputado federal pelo Pará Paulo Maranhão, atendendo apelos deste Banco e das classes conservadoras, apresentou um projeto de lei ao Congresso criando no Banco de Crédito da Amazônia S/A., a Carteira de Pecuária e Pesca com o Fundo inicial de Cr\$ 50.000.000,00.

### 23 — INDÚSTRIA NACIONAL DE BORRACHA

A indústria nacional de artefatos de borracha, já consolidada e em vigoroso crescimento, assegura ao País o consumo de uma das suas matérias primas mais valiosas, fabricando artigos essenciais ao seu progresso e defesa.

Iniciada em 1939, no curto espaço de 13 anos foi gradativamente aumentando o consumo de borracha até que, em 1952, absorveu 26.952.446 quilos, peso seco, na conformidade da discriminação abaixo:

	Borracha Nacional	Borracha Importada	TOTAL
Indústria pesada ....	19.474.764	3.899.447	23.374.211
Indústria leve .....	3.558.233	20.002	3.578.235
SOMA .....	23.032.997	3.919.449	26.952.446

Há um relativo equilíbrio entre o consumo da borracha pelas indústrias leve e pesada, sob o ponto de vista da proporcionalidade com que vêm sendo feitas as compras. No último triênio, por exemplo — não considerando o látex cujo comércio está deliberado e sobre o qual o Banco deixa de ter qualquer interferência — as vendas de borracha nacional foram as seguintes, em quilos:

	1950	1951	1952
Borracha lavada .....	20.671.016	18.876.220	21.627.042
Borracha bruta .....	2.605.843	2.114.266	1.874.606
SOMA .....	23.276.859	20.990.486	23.501.648
Correspondência em peso seco .....	22.625.399	20.461.920	23.032.997

Nos últimos dois anos, o consumo nacional foi acrescido de borracha (pela primeira vez) importada, e assim se expressou o abastecimento da indústria de artefatos, em quilos, peso seco:

	1951	1952
Borracha nacional ....	20.461.920	23.032.997
Borracha importada ..	5.498.372	3.919.449
SOMA .....	25.960.292	26.952.446

Verifica-se, conseqüentemente, que, em 1952, foi atingido um maior consumo de borracha nacional, com sensível diminuição de borracha estrangeira. Daí resultou, em 31/12/52, um saldo em estoque de 10 mil toneladas de borracha nacional, aproximadamente, com a recuperação do ritmo da sua produção de 1947 no nível de 33 mil toneladas. Aconselhável se tornou, assim, sustar-se a importação dessa matéria prima.

Já focalizamos em capítulo anterior que a previsão do consumo para 1952 distanciou-se muito da realidade. A borracha de importação, que visava preencher a possível falta, teve suas operações de venda diminuídas progressivamente no decorrer do exercício, tanto assim que colocamos 3.899.447 quilos de janeiro a maio, 20.002 em novembro e dezembro, verificando-se absoluta retração no período de junho a outubro.

Solientamos que a indústria pesada consumiu, em média,

36% da borracha vendida pelo Banco. Dessa percentagem mais de dois terços foram adquiridos pela Companhia Goodyear do Brasil e pela Indústria de Pneumáticos Firestone S. A., e o restante pela Pirelli S. A. e Cia. Brasileira de Artefatos de Borracha.

As referidas firmas, em 1952, produziram nas suas principais linhas de fabricação, as seguintes quantidades de pneumáticos:

Para caminhões e ônibus .....	703.761	unidades
camionetes .....	44.170	
carros de passeio .....	852.088	
motocicletas .....	5.046	
tratores agrícolas .....	6.939	
máquinas agrícolas .....	2.878	
máquinas de terraplanagem ..	4.531	
máquinas industriais .....	13.469	
aviões .....	2.397	1.635.279

Adicionando-se as câmaras de ar que atingiram .....

983.256

Conclui-se que o montante das unidades fabricadas atingiu .....

2.618.535

Essa produção equivaleu, em valôr, a Cr\$ 2.582.636.000,00.

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se maior produção de 199.900 pneumáticos e de 11.569 câmaras de ar, correspondendo êsse aumento em 410.049 milhares de cruzeiros.

A previsão programada para 1953, inclusive a de uma nova firma que está concluindo suas instalações, assim se expressou:

	1953	1952	A maior
Pneumáticos	1.968.016	1.635.279	332.737
Câmaras de ar .....	1.073.344	983.256	90.088
SOMA ..	3.041.360	2.618.535	422.825 unidades

A indústria leve, contando com cerca de 140 fábricas, vem produzindo centenas de variedades de outros artefatos. E no que respeita à produção de pneumáticos e câmaras de ar para bicicletas, atingiram 589.918 e 676.625 unidades, respectivamente, no valôr de Cr\$ 47.563.672,60.

Esclarecemos que, na sua quase totalidade, a indústria de artefatos de borracha está localizada em São Paulo e outros Estados do sul do País.

### 24 — INDUSTRIALIZAÇÃO AMAZÔNICA

O Banco de Crédito da Amazônia S. A. nestes dois últimos anos tem estimulado várias realizações úteis para a Planície e procedido a estudos pertinentes a importantes fatores regionais.

Na conformidade das instruções recebidas do Presidente Getúlio Vargas subscreveu cinco milhões de cruzeiros da Força e Luz do Pará S. A., com sede em Belém, e três milhões de cruzeiros da Companhia de Fiação e Tecelagem de Santarém. Acompanha, agora, com interesse os respectivos trabalhos de instalação, que prosseguem com regularidade.

A Diretoria do Banco já autorizou a Gerência da Filial de Manaus a acompanhar os trabalhos da organização da Força e Luz daquela cidade e a subscrever ações de seu capital.

Além disso, incentiva a organização de novas empresas não só de industrialização de juta e fibras outras, como das matérias primas em geral nos seus centros de produção.

A utilização do potencial hidro-elétrico regional, como solução definitiva de energia permanente, abundante e barata, merece a atenção do Banco que convocou a contribuição técnica do Dr. A. Ludin, professor da Universidade de Berlim—Charlottenburg, e continuam os estudos.

Preocupa-nos a instalação de uma fábrica de cimento na Amazônia, e estudos sobre calcareo e argila na região prosseguem com resultados satisfatórios.

Sobre a situação madeireira e, em particular, da industrialização do pau rosa, além dos relatórios apresentados pelo técnico florestal I. Kissin, contratado pelo Banco, está sendo aguardado um dos técnicos da FAO, Srs. Kelvin Mc Grath, especializado em corte e transporte, René Gachot, em serraria, e Maurice Gallant, em mercado e que tiveram a cooperação do Sr. Kissin. Com êsse trabalho temos a perspectiva de maior rendimento da exploração madeireira, inclusive com serrarias piloto e aproveitamento dos su-produtos.

Para a fabricação de celulose e de papel, o material coletado foi remetido à exame de laboratórios norte-americanos.

A fim de situar diretrizes ao problema da alimentação, sob indicação moderna, recebemos a colaboração dos técnicos da FAO Srs. Jacques Coulon e W. S. Timmer, conjuntamente com um do Ministério da Agricultura. Infelizmente logo chegados a Belém, o primeiro faleceu, tendo os dois outros completado o trabalho e apresentado ótimo relatório.

O fomento da produção da borracha contou com a valiosa contribuição dos renomados técnicos internacionais Srs. Th. G. E. Hoedt, Bert Vipend e W. E. Klippert, enviados ao Banco pelos representantes da indústria nacional pesada de artefatos, Good-Year, Firestone e Pirelli, para inspeção, na Amazônia, das condições existentes de exploração dos seringais nativos e possíveis de heveacultura. O relatório que apresentaram merece referência especial.

Por intermédio da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, recebeu o Banco a colaboração de um técnico especializado em cultura de trigo e que nos trouxe a sua experiência para a plantação desse cereal na Amazônia.

Outros estudos da produtividade de vários setores econômicos e melhoria dos padrões de trabalho e de vida na Amazônia, mereceram a cooperação de técnicos nacionais e estrangeiros convocados pelo Banco.

#### 25 — BENS IMÓVEIS

Ao findar o ano de 1952, possuía o Banco os seguintes, desprezando-se os bens adjudicados por via amigável ou judicial em cobertura de dívida de terceiros:

##### Em Belém—Pará

Prédio ocupado por seções diversas da D. Geral e Agência Central .....	1.082.962,20	
Prédio onde funciona o Armazem de compras n. 2....	8.658.595,60	9.741.557,80

##### Em Rio Branco—Acre

Grupo residencial de cinco casas para funcionários .....		1.006.369,40
--	--	--------------

##### Em Porto Velho—Guaporé

Grupo residencial de 5 casas para funcionários .....	902.714,00	
Prédio em construção, onde funcionará o Armazem de compras .....	765.214,40	
Prédio em construção, onde funcionará a Agência .....	303.790,40	1.971.718,80

##### Em Guajará-Mirim—Guaporé

Prédio onde funciona a Agência .....	512.716,00	
Grupo residencial de 8 casas para funcionários .....	885.401,40	1.398.117,40

##### Em Manaus—Amazonas

Prédio onde funciona a Agência .....		2.105.053,80
--------------------------------------	--	--------------

##### Em Cuiabá—Mato Grosso

Prédios (2) contíguos, onde funcionarão a Agência e residência do Gerente .....	1.816.127,10	
Prédio onde funciona o Armazem de Compras e a Usina Artur Borges (beneficiamento de borracha) .....	1.265.531,00	3.081.658,10

##### Em Altamira—Pará

Prédio onde funciona a agência .....		29.095,50
--------------------------------------	--	-----------

TOTAL ..... Cr\$ 19.333.570,80

O patrimônio especificado ganha valorização constante, não só pela sua localização como, também, pela excelente conservação que lhe dispensa o Banco.

Já está aprovado o plano de construção de um prédio onde funcionará a Agência de Rio Branco, Acre, que, há muitos anos, ocupa um imóvel inadequado e sem conforto para o funcionalismo, o que pretendemos corrigir, como já foi feito em Manaus e Guajará-Mirim e está prestes a acontecer com as Filiais de Cuiabá e Porto Velho. A primeira dever-se-á transferir para o novo prédio nos próximos dias e a outra dentro de alguns meses, pois o imóvel mandado construir em Porto Velho está bastante adiantado.

#### 26 — DIVIDENDOS

A situação do Banco, que ano a ano mais se consolida, permitiu, no último exercício, fosse mantido o dividendo anual de 6%, sem que o estabelecimento sofresse qualquer dificuldade de ordem econômica com isso.

#### 27 — AGÊNCIAS

Ao encerramento do último exercício financeiro, possuía esta casa de crédito 15 Agências em funcionamento no Território Nacional, a saber:

No TERRITÓRIO DO ACRE:

Rio Branco (Capital)

No TERRITÓRIO DO GUAPORÉ:

Guajará Mirim

Porto Velho (Capital)

No TERRITÓRIO DE RIO BRANCO:

Bôa Vista (Capital)

No TERRITÓRIO DO AMAPÁ:

Macapá (Capital)

No ESTADO DO AMAZONAS:

Manaus (Capital)

Itacoatiara

Parintins

No ESTADO DO PARÁ:

Altamira

Belém (Capital)

Santarém

No ESTADO DE MATO GROSSO:

Guiabá (Capital)

No DISTRITO FEDERAL:

Rio de Janeiro

No ESTADO DE SÃO PAULO:

São Paulo (Capital)

No ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:

Porto Alegre (Capital)

Disponhamos, ainda, de um Escritório em Salvador, Capital do Estado da Bahia.

Continuando o programa de expansão do Banco, tinhamos, prestes a iniciar operações, as Agências de Pedro Afonso, no Estado de Goiás, e de Cruzeiro do Sul, no Território do Acre.

Outrossim, será instalada uma Filial em São Luiz, Capital do Estado do Maranhão, logo fornecida a Carta Patente solicitada em 29/8/52 à Superintendência da Moeda e do Crédito.

Já obtivemos parecer favorável do Conselho Consultivo do Banco para a instalação das seguintes novas Agências, logo se completarem os necessários estudos:

No ESTADO DO PARÁ:

Abaetetuba

Bragança

Castanhal

Igarapé-Açu

Marabá

Óbidos

No ESTADO DO AMAZONAS:

Benjamin Constant

Bôca do Acre

Coarí

#### 28 — FUNCIONALISMO

É com satisfação que ressaltamos aqui a colaboração que vimos recebendo do funcionalismo deste estabelecimento, quer no exercício de atividades propriamente bancárias, quer no desempenho de outras funções de caráter especializado, dedicação essa que nos cumpre agradecer.

Damos, a seguir, a relação numérica dos funcionários existentes em 31 de dezembro de 1952, distribuídos pelas diversas dependências onde servem:

##### DIREÇÃO GERAL:

Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	80
Auxiliares Técnicos .....	5
Consultores .....	3
Fiscais de Seringais .....	9

Fiscal de Granjas .....	1	
Enxertadores .....	4	
Requisitados .....	2	
<b>Serviço de Borracha (Armazens e Usinas)</b>		
Funcionário do Quadro de Borracha (Classificador itinerante) .....	1	105
<b>AGÊNCIA CENTRAL DE BELÉM:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	104	
Fiscais de Seringais .....	9	
<b>Serviço de Borracha (Armazens e Usinas)</b>		
Funcionários do Quadro de Borracha ..	85	
Diarista .....	1	199
<b>AGÊNCIA DE MANAUS:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	51	
Auxiliar Técnico .....	1	
Advogado .....	1	
Fiscais de Seringais .....	4	
<b>Serviço de Borracha (Armazens e Usinas)</b>		
Funcionários do Quadro de Borracha ..	40	97
<b>AGÊNCIA DE SÃO PAULO:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	29	
Advogado .....	1	
<b>Serviço de Borracha (Armazem)</b>		
Funcionários do Quadro de Barrocha ..	6	36
<b>AGÊNCIA DO RIO DE JANEIRO:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	24	
Advogado .....	1	
Fiscal de Seringais .....	1	
Serviço de Estatística .....	1	
Funcionário admitido por força do Decreto-lei n. 9.143, de 8/4/46 .....	1	28
<b>AGÊNCIA DE PEDRO AFINSO (Em instalação):</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....		
<b>AGÊNCIA DE PORTO VELHO:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	18	
Advogado .....	1	
Fiscais de Seringais .....	2	
<b>Serviço de Borracha (Armazem)</b>		
Funcionários do Quadro de Borracha ..	5	26
<b>AGÊNCIA DE CUIABÁ:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	12	
Advogado .....	1	
Fiscais de Seringais .....	2	
<b>Serviço de Borracha (Armazem e Usina)</b>		
Funcionários do Quadro de Borracha ..	3	18
<b>AGÊNCIA DE BÓIA VISTA:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	3	
Fiscal de Seringais .....	1	4
<b>AGÊNCIA DE GUAJARA MIRIM:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	7	
Fiscais de Seringais .....	3	
<b>Serviço de Borracha</b>		
Funcionários do Quadro de Borracha ..	2	12
<b>AGÊNCIA DE ITACOATIARA:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	7	
<b>Serviço de Borracha (Armazem e Usina)</b>		
Funcionários do Quadro de Borracha ..	3	10
<b>AGÊNCIA DE MACAPÁ:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	4	
<b>Serviço de Borracha</b>		
Funcionário do Quadro de Borracha ..	1	5

<b>AGÊNCIA DE PARINTINS:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....		7
<b>AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	7	
<b>Serviço de Borracha (Armazem)</b>		
Funcionário do Quadro de Borracha ..	1	8
<b>AGÊNCIA DE RIO BRANCO:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	8	
Advogado .....	1	
Fiscal de Seringais .....	1	10
<b>AGÊNCIA DE SANTAREM:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....		10
<b>AGÊNCIA DE CRUZEIRO DO SUL (Em instalação):</b>		
Funcionário do Quadro de Escritório		1
<b>ESCRITÓRIO DE SALVADOR:</b>		
Funcionários dos Quadros (Escritório e Portaria) .....	5	
<b>Serviço de Borracha (Armazem)</b>		
Funcionários do Quadro de Borracha ..	4	9
<b>TOTAL: .....</b>		<b>595</b>

**SERVIÇO DE BORRACHA — DIARISTAS**

<b>AGÊNCIA CENTRAL DE BELÉM:</b>		
Serventes de Armazem diaristas .. ..		17
<b>AGÊNCIA DE MANAUS:</b>		
Serventes de Armazem diaristas .. ..		25
<b>AGÊNCIA DE SÃO PAULO:</b>		
Serventes de Armazem diaristas .. ..		13
<b>AGÊNCIA DE ITACOATIARA:</b>		
Servente de Armazem diarista .. ..		1
<b>AGÊNCIA DE SALVADOR:</b>		
Serventes de Armazem diaristas .. ..		2
<b>TOTAL: .....</b>		<b>58</b>

Em confronto com a demonstração feita no Relatório de 1951, verifica-se que houve um aumento de 24 funcionários neste período administrativo, decorrência natural da ampliação dos nossos serviços, principalmente com a criação e fomento dos seringais de cultura que nos forçou a admitir pessoal especializado, contratado entre os técnicos que serviram em Belterra e Fordlândia e do Instituto Agrônomo do Norte, serviço esse que, sob a supervisão do Sr. Diretor Walter Putz, trará inestimáveis benefícios para o futuro da região.

A demonstração de serventes permanentemente empregados no serviço de borracha, se refere a braços que de há muito vêm servindo este estabelecimento, os quais, agora, resolvemos fazer constar deste Relatório, face a sua situação de efetivos.

Por ser de inteira justiça, conforme frisamos no Relatório de 1951, levamos a efeito, a partir de 1.º de janeiro de 1952, as promoções dos funcionários, dentro das vagas existentes e na forma do Regulamento de Promoções em vigor.

Outrossim, em decorrência do movimento nacional por aumento de salários empreendido pelos bancários e tendo em vista o real desequilíbrio provocado pelo aumento crescente do custo de vida, elevamos, no início do segundo semestre, de 25% os ordenados do nosso funcionalismo, na forma do acôrdo assinado entre banqueiros e bancários na Capital da República.

Conforme, ainda, salientamos no Relatório anterior, iniciamos as atividades da Carteira Imobiliária, criada na administração passada, atendendo, no exercício de 1952, com base no tempo de serviço e nas maiores responsabilidades de cada qual, 40 funcionários, como segue:

Casas construídas .. . . .	9, no valor de	Cr\$ 1.742.000,00
Casas em construção .. . . .	4,	Cr\$ 846.000,00
Casas compradas .. . . .	13,	Cr\$ 2.277.000,00
Casas encampadas .. . . .	10,	Cr\$ 1.603.000,00
Créditos em utilização .. . . .	4,	Cr\$ 720.000,00
<b>TOTAIS: .. . . .</b>		<b>40, Cr\$ 7.188.000,00</b>

Também concluímos o grupo residencial de Porto Velho e iniciamos o de Rio Branco, procurando dessa forma remediar a situação de desconforto em que encontramos os serven-

tuários lotados nas Agências do interior da Amazônia, contando, assim, o Banco, nos locais onde mais angustiosa se apresentava a crise de habitação, com 18 casos residenciais modernas para seus funcionários ali em serviço, como abaixo:

Em Porto Velho (prontas) .....	5
Em Guajará-Mirim (prontas) .....	8
Em Rio Branco (em construção) .....	5
<b>TOTAL</b> .....	<b>18</b>

Tendo em vista, ainda, a necessidade de pessoal de que se vêm ressentindo várias de nossas Agências e prevenido o aumento dessa necessidade com a criação de novas Filiais que já estão sendo objeto de estudos preliminares, fizemos realizar, em julho de 1952, em Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Guajará-Mirim, Boa Vista, Macapá, Santarém, Parintins e São Paulo, um concurso para a admissão de Praticantes, cujos resultados serão brevemente divulgados.

### 29 — CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco, eleito por unanimidade em Assembléia Geral dos Acionistas realizada a 31 de março de 1952, para o período de 1952-1953, está assim constituído:

- Sr. Clementino de Almeida Lisboa
- Sr. José Ivo Loureiro do Amaral
- Sr. Otávio Oliva.

#### Suplentes

- Sr. Elísio Pessôa de Carvalho
- Sr. Antônio Afonso Alves Ramos Jr.
- Sr. Custódio de Araújo Costa.

A Diretoria tem recebido dos Srs. Membros do Conselho Fiscal toda colaboração possível, pelo que é grata.

### 30—CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo do Banco reuniu-se por quatro vezes no decorrer do último ano, de 15 a 22/3, 15 a 26/7, 11 a 16/10 e 10 a 17/12/52, sob a presidência do Sr. Firmo Ribeiro Dutra, secretariado pelos Srs. Antônio Pedro Martins Jr. e Ricardo Borges, este último Consultor Econômico e de Assuntos Amazônicos deste Banco, posto à disposição daquele órgão.

Toda a assistência e colaboração nossa foi emprestada, de maneira que o Conselho Consultivo trabalhasse, como o fez, dentro de um clima de absoluta facilidade, cujos frutos têm sido benéficos aos interesses da região.

Foram os seguintes os membros do Conselho Consultivo que tomaram parte nas várias reuniões:

#### Representantes do Acre

Governo—Sr. Francisco Custódio Freire  
Associação Comercial—Sr. Antônio Assmar

#### Representantes do Guaporé

Governo — Sr. Carlos Augusto de Mendonça  
Associação Comercial—Sr. Custódio de Araújo Costa

#### Representantes de Rio Branco

Governo—Dr. Valério Caldas Magalhães  
Associação Comercial—Dr. Othon Sidou

#### Representantes do Amapá

Governo—Dr. Raul Montero Valdez  
Associação Comercial—Sr. Lourenço Borges Façanha

#### Representantes do Amazonas

Governo—Dr. Alberto Aboud Dáu  
Associação Comercial—Sr. Ermindo Fernandes Barbosa

#### Representantes do Pará

Governo—Dr. Clóvis Ferro Costa  
Associação Comercial—Sr. Antônio Pedro Martins Jr.

#### Representantes de Mato Grosso

Governo — Dr. Firmo Ribeiro Dutra  
Associação Comercial—Sr. João Corbelino

#### Representante dos Seringalistas

Sr. Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes.

#### Representante da Confederação Nacional de Indústrias

Sr. Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva.

Funcionaram, também, em reuniões, substituindo Membros do Conselho, como representantes da Associação Comercial do Pará, Governo e Associação Comercial do Rio Branco, Governo do Acre, e dos Seringalistas, respectivamente, os Srs. Francisco Torquato de Araújo, Antônio Luitgards Moura, Rui Mendes e José Negreiros Ferreira.

### 31 — DIRETORIA

A atual Diretoria do Banco é composta dos seguintes membros:

- Dr. Gabriel Hermes Filho, presidente.
- Sr. Francisco de Paula Valente Pinheiro, diretor.
- Sr. Guilherme de Menezes Vieira, diretor.
- Sr. Prof. Abelardo Leão Condurú, diretor.
- Sr. Walter Putz, diretor.

O Presidente foi nomeado por ato de 23 de fevereiro de 1951 do Exmo. Sr. Presidente da República e os Diretores eleitos pela Assembléia Geral dos Acionistas, a 21 de março de 1951.

Na qualidade de Presidente, desejamos, aqui, registrar e agradecer a colaboração indistinta dos Srs. Diretores do Banco, cujo trabalho eficiente e fecundo permitiu a realização de tão grande obra em 1952, beneficiando a Amazônia e o Brasil, conforme ficou claramente expresso no presente Relatório.

### 32 — DECÊNIO DO BANCO

Comemorando os seus primeiros dez anos de função o Banco, em cordial solidariedade de sua Diretoria e funcionalismo, no dia 15 de novembro fez celebrar missa em ação de graças, inaugurou o retrato de seus antigos Presidentes, Major Oscar Passos, Drs. José Carneiro da Gama Malcher, Firmo Ribeiro Dutra e Octávio Augusto de Bastos Meira, rendeu homenagem aos cooperadores mortos e evocou a abnegação dos que trabalham nos seringais e em outras atividades produtoras, e realizou um jantar íntimo em honra ao presidente Getúlio Vargas, criador do Banco.

### CONCLUSÃO

Apresentamos, Srs. Acionistas, para vosso julgamento, uma síntese, neste relatório, que os arquivos à vossa disposição completam, do trabalho do Banco de Crédito da Amazônia S/A., no decurso do ano de 1952. Referido trabalho têm sido de continuidade administrativa dos encargos crescentes atribuídos a esta instituição de crédito e de fomento da economia da Amazônia, vasta região de problemas múltiplos e complexos.

No desempenho dessas responsabilidades, tivemos sempre presente o sentido do Banco, como instrumento da valorização econômica regional, incentivando e fortalecendo a iniciativa privada. Com um programa dessa ordem, as solicitações de assistência financeira estão sempre além dos recursos de que possa dispôr o Banco, que para atendê-las observa o critério de seleção econômica, com resultados de benefícios gerais.

Colaboração eficiente não tem faltado dos Exmos Srs. Ministros Horácio Lafer e João Cleofas, respectivamente da Fazenda e Agricultura.

Das classes produtoras e conservadoras da Amazônia e suas entidades representativas, da indústria nacional de artefatos de borracha e de fiação e tecelagem de juta e fibras similares, recebemos o indispensável concurso.

Queremos concluir com o reconhecimento da Diretoria ao Exmo Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, que deu à Amazônia este Banco, cujo desenvolvimento é obra sua de compreensão e boa vontade, da revitalização econômica desta imensa Planície.

Belém do Pará, 19 de fevereiro de 1953. — (a) **GABRIEL HERMES FILHO, PRESIDENTE.**

**BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.**

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 1952

(Compreendendo Matriz e Agências)

— A T I V O —		— P A S S I V O —	
<b>A—Disponível</b>		<b>F—Não Exigível</b>	
<b>Caixa</b>		Capital .....	150.000.000,00
Em moeda corrente .....	11.337.833,70	Fundo de Reserva Legal .....	14.903.724,60
Em depósito no Banco do Brasil ...	61.167.152,20	Fundo de Previsão .....	101.305.648,50
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito...	1.684.381,10	Outras Reservas .....	296.556.925,80
	<u>74.189.367,00</u>		<u>562.766.298,90</u>
<b>B—Realizável</b>		<b>G—Exigível</b>	
<b>Empréstimos em C/</b>		<b>Depósitos</b>	
Corrente .....	210.887.520,80	à vista e a curto prazo :	
Empréstimos Hipotecários .....	28.353.191,60	de Poderes Públicos .....	5.399.564,10
Titulos Descontados .....	83.493.620,60	de Autarquias ....	48.375,90
Letras a Receber		em c/c sem limite .....	21.175.191,30
de c/própria ....	3.143.924,90	em c/c limitadas..	7.908.344,00
Agências no País..	644.880.764,30	em c/c populares..	4.011.560,50
Correspondents no País .....	79.221,70	em c/c sem juros .....	6.690.358,30
Outros Créditos ..	520.896.104,60	em c/c de aviso..	75.487,90
	<u>1.491.734.348,50</u>	Outros depósitos ..	1.623.620,30
			<u>46.932.502,30</u>
		a prazo :	
Imóveis .....	1.294.633,30	de Poderes Públicos .....	1.682.940,80
<b>Títulos e Valores Mobiliários :</b>		de Diversos :	
Ações e Debêntures .....	3.016.000,00	a prazo fixo.....	1.976.149,90
	<u>1.496.044.981,80</u>		<u>3.659.090,70</u>
			<u>50.591.593,00</u>
<b>C—Imobilizado</b>		<b>Outras responsabilidades</b>	
Edifícios de uso do Banco .....	17.136.804,50	Obrigações Diversas .....	125.073.484,40
Móveis e Utensílios .....	7.486.414,10	Letras a Pagar....	504,60
Material de Expediente .....	2.162.310,00	Agências no País ..	648.561.507,30
	<u>26.785.528,60</u>	Correspondentes no País .....	787,10
		Ordens de Pagamento e outros créditos .....	127.868.186,70
		Dividendos a Pagar .....	44.599.972,70
			<u>946.104.442,80</u>
			<u>996.696.035,80</u>
<b>E—Contas de Compensação</b>		<b>H—Resultados Pendentes</b>	
Valores em Garantia .....	255.453.799,80	Contas de resultados .....	37.557.542,70
Valores em Custódia .....	89.816.023,00	<b>I—Contas de Compensação</b>	
Titulos a Receber de C/Alheia ....	90.458.569,30	Depositantes de Valores em garantia e em custódia .....	345.269.822,80
Outras contas .....	474.583.158,20	Depositantes de Títulos em cobrança no país .....	90.458.569,30
	<u>910.311.550,30</u>	Outras contas .....	474.583.158,20
			<u>910.311.550,30</u>
	<u>Cr\$ 2.507.331.427,70</u>		<u>Cr\$ 2.507.331.427,70</u>

NOTA : — Na verba "Outros Créditos" está incluído o valor da borra-cha adquirida e em estoque: Cr\$ 344.443.771,30.



## BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S/A.

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE JUNHO DE 1952

DÉBITO		CRÉDITO	
JUROS abonados a depositantes e outras despesas de juros .....	1.581.627,10	LUCRO EM BORRACHA .....	4.751.057,10
<b>DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO:</b>		LUCRO EM MERCADORIAS .....	374.252,20
Honorários da Diretoria; vencimentos e gratificações dos funcionários; aluguéis de imóveis; material de escritório; impostos; do-nativos; fomento; instalações; o-missões e outras despesas gerais..	23.248.480,40	RENDAS DE JUROS E DESCONTOS .....	20.557.612,10
<b>PERDAS DIVERSAS .....</b>	<b>2.332.881,60</b>	RENDAS DE COMISSÕES .....	19.850.231,20
<b>FUNDO para amortização de imó-veis, móveis e utensílios .....</b>	<b>843.553,90</b>	RENDAS DIVERSAS .....	3.242.501,70
<b>Distribuição do Lucro Líquido:</b>			
Fundo de Reserva (5%) .....	1.038.455,60		
19º dividendo à razão de 6% a.a....	4.500.000,00		
Fundo de Assistência aos Funcioná-rios (art. 48 dos estatutos) .....	415.382,20		
Fundo de Assistência aos Seringuel-ros (2%) .....	415.382,20		
Fundo para Prejuízos Eventuais ..	14.399.891,30		
	<b>20.769.111,30</b>		
	<b>Cr\$ 48.775.654,30</b>		
			<b>Cr\$ 48.775.654,30</b>

Belém, 30 de junho de 1952

GABRIEL HERMES FILHO  
Presidente

José Castanheira Iglesias  
Chefe do Departamento Geral de Fisca-  
lização e Contabilidade  
Reg. n. 68.164 — C.R.C. n. 348

Belém, 13 de julho de 1952

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo o disposto no art. 127, da lei que regula as sociedades por ações (Decreto-lei n. 2.627, de 28 de setembro de 1940), derogado pelo artigo 1.º do Decreto-lei n. 2.928, de 31 de dezembro de 1940, vimos comunicar aos senhores acionistas que examinamos, como nos compete, os relatórios da Diretoria, papéis e saldo de caixa do BAN-

CO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A., relativos ao movimento compreendido entre 1.º de janeiro a 30 de junho de 1952 próximo findo, tendo encontrado em perfeita ordem e regularidade todos esses mencionados serviços.

(aa) Clementino de Almeida Lisboa  
Octávio Oliva  
José Ivo Loureiro do Amaral

## BANCO DE CRÉDITO DA AMAZONIA S/A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1952  
(Compreendendo Matriz e Agências)

— ATIVO —		— PASSIVO —	
<b>A—Disponível</b>		<b>F—Não Exigível</b>	
<b>Caixa</b>		Capital .....	150.000.000,00
Em moeda corrente .....	9.908.261,70	Fundo de Reserva Legal .....	15.839.687,60
Em depósito no Banco do Brasil....	70.052.747,00	Fundo de Previsão .....	113.291.802,90
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito	1.714.851,90	Outras Reservas .....	320.772.148,90
	<u>81.675.860,60</u>		<u>599.903.639,40</u>
<b>B—Realizável</b>		<b>G—Exigível</b>	
Empréstimos em C/Corrente .....	201.496.016,40	Depósitos	
Empréstimos Hipotecários .....	25.770.570,70	à vista e a curto prazo :	
Títulos Descontados	100.066.278,80	de Poderes Públicos	2.231.828,00
Letras a Receber de c/própria....	4.276.782,20	de Autarquias ...	72.385,80
Agências no País..	698.697.760,10	em c/c sem limite	22.323.170,80
Correspondentes no País .....	187.364,80	em c/c limitadas	6.606.646,40
Outros Créditos ..	571.425.476,40	em c/c populares	5.587.415,70
	<u>1.601.920.249,40</u>	em c/c sem juros	7.238.806,10
		em c/c de aviso ..	73.732,20
		Outros depósitos ..	1.228.246,90
Imóveis .....	2.232.348,30		<u>45.310.231,90</u>
Títulos e Valores Mobiliários :		a prazo :	
Ações e Debêntures .....	6.616.000,00	de Poderes Públicos	3.115.241,80
	<u>1.610.768.597,70</u>	de Diversos :	
		a prazo fixo .....	2.106.724,60
			<u>5.221.965,90</u>
		Outras responsabilidades	<u>50.532.197,80</u>
<b>C—Imobilizado</b>		Obrigações Diversas	138.908.925,00
Edifícios de uso do Banco.....	19.264.949,70	Agências na País	646.642.890,80
Móveis e Utensílios .....	8.548.796,70	Correspondentes no País .....	34.172,30
Material de Expediente .....	2.093.929,90	Ordens de Pagamento e outros créditos .....	203.158.724,90
	<u>29.907.676,30</u>	Dividendos a pagar	49.093.942,70
			<u>1.037.838.655,70</u>
			<u>1.088.370.853,50</u>
<b>E—Contas de Compensação</b>		<b>H—Resultados Pendentes</b>	
Valores em Garantia .....	296.669.865,80	Contas de resultados .....	<u>34.077.641,70</u>
Valores em Custódia .....	94.344.119,50	<b>I—Contas de Compensação</b>	
Títulos a Receber de C/Alheia.....	127.332.236,20	Depositantes de Valores em garantia e em custódia .....	391.013.985,30
Outras contas .....	486.892.061,30	Depositantes de Títulos em cobrança no país .....	127.332.236,20
	<u>1.005.238.282,80</u>	Outras Contas .....	486.892.061,30
			<u>1.005.238.282,80</u>
	<u>Cr\$ 2.727.590.417,40</u>		<u>Cr\$ 2.727.590.417,40</u>

NOTA : — Na verba "Outros Créditos" está incluído o valor da borra-cha adquirida e em estoque : Cr\$ 462.554.527,00.

## BANCO DE CRÉDITO DA AMAZONIA S. A.

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1952

— D É B I T O —		— C R É D I T O —	
JUROS abonados a depositantes e outras despesas de juros.....	759.245,00	RECEITA DE JUROS.....	18.919.903,40
DESPESAS GERAIS: Honorários da Diretoria; vencimentos e gratificações dos funcionários; aluguéis de imóveis e outras despesas gerais.....	26.414.300,50	DESCONTOS.....	6.152.411,50
GASTOS DE MATERIAL.....	472.880,30	Menos os do exercício seguinte	1.420.680,70
IMPOSTOS.....	468.867,50		4.731.730,80
OUTRAS CONTAS.....	2.852.564,10	COMISSÕES RECEBIDAS OU DEBITADAS.....	16.475.716,80
AMORTIZAÇÕES DO ATIVO.....	914.967,20	LUCRO EM BORRACHA.....	7.877.513,90
PERDAS DIVERSAS.....	1.023.728,50	LUCRO EM MERCADORIAS.....	149.221,20
Distribuição do Lucro Líquido:		RENDAS DIVERSAS.....	3.471.726,40
FUNDO DE RESERVA LEGAL....	935.963,00		
FUNDO DE PREVISÃO.....	12.534.526,00		
FUNDO DE ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS (Art. 48 dos Estatutos).....	974.385,20		
FUNDO DE ASSISTÊNCIA AOS SERINGUEIROS (2%).....	374.385,20		
20º DIVIDENDO à razão de 6% a.a.	4.500.000,00		
	18.719.259,40		
	<b>Cr\$ 51.625.812,50</b>		<b>Cr\$ 51.625.812,50</b>

Belém, 31 de dezembro de 1952.  
GABRIEL HERMES FILHO  
Presidente

José Castanheira Iglésias  
Chefe do Dep. Geral de Fiscalização e  
Contabilidade  
Reg. n. 68.164—C. R. C. n. 348

Belém, 16 de janeiro de 1953

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo o disposto no artigo 127, da lei que regula as sociedades por ações (Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940), derogado pelo artigo 1.º do Decreto-lei n. 2.928, de 31 de dezembro de 1940, vimos comunicar aos senhores acionistas que examinamos, como nos compete, os relatórios da Diretoria, papéis e saldo de caixa do

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZONIA S. A., relativos ao movimento compreendido entre 1.º de julho a 31 de dezembro de 1952 próximo findo, tendo encontrado em perfeita ordem e regularidade todos esses mencionados serviços.

(aa) Clementino de Almeida Lisboa

Octávio Oliva

José Ivo Loureiro do Amaral



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Boletim Eleitoral

DO ESTADO DO PARÁ

ANO VII

BELÉM — DOMINGO, 22 DE FEVEREIRO DE 1953

NUM. 1.386

## JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃO N. 4.542

Proc. 197-53

Vistos, relatados e discutidos estes autos de exclusão, por falecimento, do eleitor Antônio Mendes Fernandes, inscrito na 1.ª Zona (Capital).

Acordam os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral, por unanimidade de votos, determinar o cancelamento da inscrição do eleitor em apreço, de vez que foram preenchidas as formalidades legais, de acordo com o que preceitua o art. 41, n. 4, combinado com o art. 43, da Lei n. 1.164, de 24 de julho de 1950.

Registre-se, publique-se e comunique-se ao Juiz.

Belém, 14 de fevereiro de 1953. — (aa) Curcino Silva, P. — Sadi Duarte, relator — Arnaldo Valente Lôbo — Inácio Guilhon — Milton Leão de Melo — Virgílio de Oliveira Melo — Hamilton Ferreira de Sousa. Foi presente — Otávio Melo — Proc. Reg.

ACÓRDÃO N. 4.543

Proc 204-53

Vistos, relatados e discutidos estes autos de pedido de registro do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro.

O presidente do Partido Socialista Brasileiro, seção do Pará, requereu a este Tribunal Regional o registro do seu Diretório, assim constituído, consoante notícia do documento de fls. 2:

Diretório:

Cléo Bernardo de Macambira Braga, advogado, professor e jornalista; Raimundo Antônio da Costa Jinkings, bancário; Albi Corrêa de Miranda, funcionário público federal; José Apolinário Costa, advogado e professor; Benedito José Viana da Costa Nunes, advogado e professor; Júlio Augusto de Alencar, professor, jornalista e acadêmico de direito; Oiram de Figueiredo Ribeiro, estudante; Hermogenes da Silva Borges comerciante; Hardman de Azevedo Pompeu, comandante regional;

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

José Enoch Figueira Imbririba, funcionário autarquico; Joaquim Cavaleiro da Silva Lopes, industrial; José Maria de Abreu Mattos, representante comercial; Mário Sousa, estivador; Reinaldo Teixeira Fernandes, acadêmico de direito; Alberto Castelo Branco Bendahan, acadêmico de direito; Miguel Araken de Almeida, acadêmico de agronomia; Roberto Uchôa Rodrigues da Silva, estudante; e José Ribamar Darwich, acadêmico de direito.

Comissão executiva:

Presidente — Cléo Bernardo de Macambira Braga.  
Secretário Geral — Raimundo Antônio da Costa Jinkings.  
1.º Secretário — Reinaldo Teixeira Fernandes.  
2.º Secretário — Roberto Uchôa Rodrigues da Silva.  
Tesoureiro — Albi Corrêa de Miranda.  
Secretário de Finanças — José Enoch Figueira Imbririba.  
Secretário de Organização e Propaganda — Joaquim Cavaleiro da Silva Lopes.  
Secretário Sindical — Miguel Araken de Almeida.  
Secretário de Educação e Assistência. — Júlio Augusto de Alencar.

Considerando que o Dr. Procurador Regional nada opôs ao registro em apreço, e que este, como é de lei, pôde ser efetuado por iniciativa do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro, cuja aprovação ao dito registro se infere claramente do documento de fls. 2:

Acordam os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral, unânimemente, ordenar o registro do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro, tal como consta dos autos, visto terem sido satisfeitas as exigências legais.

Registre-se, publique-se e comunique-se aos Juizes Eleitorais dentro de 48 horas.

Belém, 14 de fevereiro de 1953. — (aa) Curcino Silva, P. — Sadi Duarte, relator — Arnaldo Valente Lôbo — Inácio Guilhon — Milton Leão de Melo — Virgílio de Oliveira Melo — Hamilton Ferreira de Sousa. Foi presente — Otávio Melo — Proc. Reg.

ACÓRDÃO N. 4.544

Proc. 198-53

Vistos, relatados e discutidos estes autos de exclusão, por falecimento, do eleitor Francisco Sales Soares, inscrito na 25.ª Zona (Capanema).

Acordam os Juizes do Tribunal

Regional Eleitoral, por unanimidade de votos, determinar o cancelamento da inscrição do eleitor em apreço, de vez que foram preenchidas as formalidades legais, de acordo com o que preceitua o art. 41, n. 4, combinado com o art.

43, da Lei n. 1.164, de 24 de julho de 1950.

Registre-se, publique-se e comunique-se ao Juiz.

Belém, 14 de fevereiro de 1953.

— (aa) Curcino Silva, P. — Virgílio de Oliveira Melo, relator — Arnaldo Valente Lôbo — Inácio Guilhon — Milton Leão de Melo — Sadi Duarte — Hamilton Ferreira de Sousa. Foi presente — Otávio Melo — Proc. Reg.

## DIARIO DO MUNICIPIO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

DECRETO N. 4.857

O Prefeito Municipal de Belém resolve: conceder, nos termos da Lei n. 161, de 9 de outubro de 1948, a José Ferreira Lopes, electricista-diarista do Departamento Municipal de Engenharia, seis (6) meses de licença especial, correspondente a um (1) decênio de serviços ininterruptamente prestados a esta Municipalidade.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 19 de fevereiro de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO  
Prefeito Municipal

Cumpra-se e publique-se.  
Secretaria da Prefeitura, 19 de fevereiro de 1953.

Carlos Lucas de Sousa  
Secretário Geral

Térmo de contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Belém, representada pelo Exmo. Sr. Dr. Lopo Alvarez de Castro, Prefeito Municipal e Antônio Fernandes da Silva.

Aos 19 dias do mês de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), presentes no Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal, Antônio Fernandes da Silva e o Exmo. Sr. Dr. Lopo Alvarez de Castro, Prefeito Municipal, acordaram o seguinte:

Cláusula primeira — O Governo do Município, de Belém resolve contratar Antônio Fernandes da Silva, daqui por diante denominado contratado para servir como Chefe da Fiscalização Externa, do Departamento de Limpeza Pública.

Cláusula segunda — O contratado elege a cidade de Belém para seu domicílio legal, cujo fóro será competente para dirimir as ques-

tões que se suscitarem na execução deste contrato.

Cláusula terceira — Como remuneração de seus serviços, o contratado receberá o salário mensal de de hum mil e cem cruzeiros (Cr\$ 1.100,00), a partir do dia 1.º de janeiro, p. passado.

Cláusula quarta — A duração do presente contrato será até 31 de dezembro de mil novecentos e cinquenta e três.

Cláusula quinta — A despesa com o pagamento da importância prevista na cláusula terceira, correrá, no atual exercício, à conta da tabela n. 30, código 8.04.1, do Orçamento em vigor.

Cláusula sexta — O presente contrato que foi aprovado pelo Exmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal de Belém, poderá ser rescindido a qualquer tempo, por iniciativa do Prefeito, se o contratado deixar de corresponder aos deveres de suas funções, ou não forem mais julgados necessários os seus serviços, e por iniciativa do contratado, se lhe convier, devendo em qualquer caso, a parte que resolver a rescisão, notificar a outra com antecedência de trinta (30) dias, findos os quais, será considerado rescindido o presente, contrato, sem que caiba qualquer pedido de indenização ou reclamação judicial ou extra-judicial. O presente contrato está isento de selo proporcional na forma da Legislação em vigor, e para firmeza e validade do que ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo que, depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas abaixo, e por mim, Secretário Geral da Prefeitura Municipal de Belém, que o subscrevo e assino.

Belém, 19 de fevereiro de 1953.

(aa) Adriano Menezes, respondendo pelo expediente da Secretaria — Dr. Lopo Alvarez de Castro, Prefeito Municipal — Antônio Fernandes da Silva, contratado — Joana F. Lima, 1.ª testemunha — Antônia Nery, 2.ª testemunha.